

CEDI - P. I. B.  
DATA 19 / 05 / 86  
CDD 58000043

## RELATÓRIO

### ENCONTRO SOBRE BARRAGENS EM ÁREAS INDÍGENAS

Brasília/DF, 14 a 17 de março de 1.989

#### OBJETIVOS:

- Aprofundar o conhecimento dos participantes sobre a atual problemática das barragens em áreas indígenas.
- Analisar esta problemática e situá-la no contexto global do programa energético e nos interesses a que ela atende.
- Aprofundar o estudo de alternativas, já existentes, na produção de energia.
- Definir estratégias de ação no contexto atual.

Participantes - (consta em relação anexa)

#### INTRODUÇÃO

Antônio Brand, Secretário do CIMI, faz a abertura do Encontro com boas-vindas aos participantes que, em seguida, fazem sua auto-apresentação (v. relação Anexo I) e manifestam também suas expectativas.

#### Desenvolvimento do Encontro:

Estão previstos 3 momentos:

1. Informação e análise com a assessoria de Lúcio Flávio Pinto e Adriano Rodrigues, da COPPE-RJ;
2. Experiências de mobilização em curso;
3. Estratégias e articulação - perspectivas.

#### 1. Informação e análise

Na ausência dos assessores convidados para a primeira parte (um por motivo de doença e o outro por atraso do avião), Leinad da CPI-SP, explanou sobre:

- o por quê das grandes barragens e seus efeitos; o interesses que atendem e o horizonte em que se situam.

Sua exposição é complementada pelos participantes que já vivenciaram essa situação com as construções de barragens em suas áreas.

- para os índios, a construção de barragens é sempre nociva. E há várias pessoas que estão aqui que podem dizer que não estou exagerando. Não chegaria a dizer que seria o extermínio dessas populações porque são povos e dispõem de mecanismos de reorganização frente a um perigo como o das barragens. Mas, não só na época dos estudos, mas durante o processo de construção e do funcionamento, as barragens causam transtornos tão sérios que estes povos precisariam de uma força interna muito grande, de um apoio grande para se reorganizarem enquanto povo, depois de todas as pressões que eles vão sofrer.

Por causa disso, nós somos contra a construção de qualquer barragem em áreas indígenas. E estamos encaminhando com a CUT uma proposta de só se construir barragens novas quando os efeitos sociais das barragens antigas forem sanados. Colocar tamanho grau de impedimento para a construção das novas barragens de maneira a obrigar tanto o setor elétrico como o governo a se sentarem para discutir com os atingidos.

Outro dado importante para se pensar é essa questão dos efeitos. Há populações diretamente atingidas e aquelas indiretamente atingidas, localizadas num raio cerca de 100 km. do complexo hidrelétrico e os efeitos são colocados num conceito de tempo. Normalmente se colocam só os efeitos durante o período de construção da obra até o enchimento de lago. Mas, hoje, depois de 5 ou 6 anos do funcionamento de Tucuruí, temos os efeitos à jusante e à montante que não são considerados pela Eletronorte.

Em relação à questão de quem é atingido ou não, e eu queria muito que o Lúcio Flávio estivesse para explicar, porque no último número do Jornal Pessoal, ele se refere a só 380 índios atingidos pela UHE Cararaô. É uma grande barragem, e nós temos outras no Brasil. Começou com Itaipú, Sobradinho, que não atingiu nenhuma população indígena, Itaparica, Tucuruí, Balbina e algumas em processo de construção; Itá e a de Cachoeira Porteira, com projeto básico pronto a de Ji-Paraná e Xingu na fase de estudo. Para a construção dessas grandes barragens, na época do pico das obras, sabe-se que à região afluem cerca de 50.000 pessoas. No caso de Tucuruí, no canteiro de obras, chegou a ter 30.000 homens alojados. Para o caso da barragem de Cararaô, calcula-se que na época da construção irão para essa região cerca de 50.000 homens para a construção da barragem e mais 40 mil incluindo familiares e administração indireta tanto da Eletronorte como da CNEC (Consórcio Nacional de Engenheiros Construtores), firma de consultoria ligada à Camargo Correa que vem realizando os estudos de grande parte das barragens no Brasil. Na verdade, são de 50 a 100 mil pessoas que vão para essa região. No Nordeste, e no Sul, os povos indígenas já vivem em territórios muito reduzidos e a maioria com invasores dentro, e se sabe que em todo processo de deslocamento de uma grande massa de pessoas para uma região, os territórios indígenas passam a ser alvo muito fácil de invasão.

Defendemos a idéia de que a partir da hora em que o projeto básico começa a ser feito até a sua construção há atingidos diretos pelos efeitos, e as consequências se mantêm após as barragens serem construídas. As concessionárias fazem um estudo detalhado do local onde a barragem vai ser construída, o tamanho do lago; começam então a medir toda a região, fazem os levantamentos de quem mora na borda, etc. Nós achamos que os povos indígenas, e especialmente seus territórios, já passam a sofrer o efeito, passam a ser atingidos por essa grande obra, independente de saber se vão construir ou não.

No caso do Porto Primavera, sabe-se que já está há 10 anos em fase de estudos e construção. É um período muito longo e com isto eles conseguem a resistência de índios e da população não-índia atingida.

No caso de Itá, no Sul, também aconteceu algo semelhante. Os posseiros atingidos ficaram dois anos sem fazer roça, porque na indefinição de vir ou não o lago, ninguém se animava a fazer a roça. Durante dois anos essas pessoas ou se empregaram nas obras ou ficaram avulsos.

É um mal que chega e você não sabe onde pegar. Porque, junto com o canteiro de obras, vem um lago imenso. Você não sabe se vai ou não ser diretamente atingido, fica na expectativa e então para e por um espaço de 10 anos o povo cansa e acaba se mudando para outro lugar porque se aborrece de esperar.

Esse conceito de atingidos indiretamente também é muito relativo. A Eletronorte escolhe essa faixa de 100 km. para definir os atingidos indiretamente para determinadas barragens e para outras não. Ao que parece esse critério dos 100 km. foi tirado para as regiões da Amazônia e não para o Sul e Nordeste, onde a densidade populacional é muito grande e os investimentos e custos com indenizações seriam altíssimos. É um critério totalmente arbitrário, e onde a população regional não tem meios de como lidar. Por mais que se procure saber, não se tem informações exatas. Pode ser 10 para a região Sul, e 100 km. para a região Amazônia.

Isso dá indicativos de como se articular. Outra questão é a de tempo. Eles trabalham com esta perspectiva, de que quando o lago for enchido começam-se as indenizações da população atingida. Para o caso das populações indígenas (em Balbina e Tucuruí) a Eletronorte desenvolveu alguns "projetos de recuperação".

As empresas vão lá, constroem a barragem, desorganizam socialmente a região e depois vêm com os projetos de recuperação. Há projetos de saúde, de educação, roças comunitárias. No caso dos Parakanã, transferidos de Tucuruí, fizeram projetos semelhantes. São projetos vergonhosos, porque saúde, educação e roças, é um direito que os povos indígenas têm. Mas vem o Estado, desorganiza tudo e depois oferece como indenização uma coisa a que eles já têm direito.

A Eletronorte, no entanto, vem convencê-los que a barragem é uma maravilha, que só traz coisa boa. Fazem o "turismo ecológico", levando um grupo de índios de Balbina à Tucuruí e outras. Agora fizeram uma cartilha belíssima, com uma produção gráfica caríssima tentando convencer os índios que as barragens do Xingu vão ser boas para eles.

Quanto às indenizações das populações indígenas, no caso dos Gavião de Mãe Maria, no Pará, a Eletronorte chegou a dar dinheiro, não só pela área alagada como pelas linhas de retransmissão que passam pelo território; no caso de Itaipú, após muita pressão, deram outra terra aos Guarani, porém muito menor. Há alguns casos em que dão terra

pôr terra; em outros dão dinheiro o que traz mais danos do que benefícios; é um volume imenso de dinheiro e que vai para a Funai. No caso do Projeto Ferro Carajás, a Vale do Rio Doce passou uma quantidade fantástica de recursos para a Funai eram 13 milhões de dólares, para projetos em benefício das populações indígenas, demarcação, etc. No Projeto Polonoroeste também foi semelhante. Esse dinheiro vai para a infra-estrutura da Funai. No caso da Vale do Rio Doce, de um total de 13 milhões de dólares, foram para a demarcação das terras indígenas 11%; para saúde, 5,5%; para obras (da Funai), 31,5%; para equipamentos (da Funai), 20%; e manutenção (para a folha de pagamento da Funai) 28,8%. Então, 78% da indenização foi para obras da Funai. Existe uma política clara da Funai, de abrir as áreas indígenas para construção de barragens, independente da vontade ou não de um eventual funcionário "bem intencionado".

Ainda sobre a questão de tempo, ou seja, das consequências posteriores, acabando os reassentamentos e feitas as indenizações, o setor elétrico acha que não está mais comprometido com toda essa desorganização que foi gerada na região. Tanto em Itaparica, como em Tucuruí, as indenizações ficaram muito aquém das expectativas dos posseiros atingidos. Em Itaparica, no Nordeste, os Tuxá foram relocados a 100 km. da área em que estavam. A CHESF também negociou diretamente com a Funai. Ao longo dos anos vão surgindo outras consequências, e aí o setor elétrico se considera sem compromisso.

Há também a questão à jusante. Em Tucuruí à montante, os atingidos vivem em surto de mosquitos, que no início chegava só no começo da manhã e no final da tarde, causando mal-estar à população mas não impedia o trabalho. Agora, nem os bóias-frias conseguem mais cortar o arroz, porque os mosquitos atacam o dia inteiro sem que haja uma resposta por parte dos órgãos de saúde e por parte do setor elétrico. Há a questão dos peixes, que muda completamente a vida dos pescadores. No decorrer do encontro podemos fazer um levantamento mais completo dos efeitos negativos das barragens já construídas (prejuízos não indenizados), mas que podem extrapolar para as que estão em construção e para as que ainda vão ser construídas.

Depois de ver a questão do conceito dos atingidos e da temporalidade, podemos passar para os indicativos de luta.

#### O porquê das grandes barragens

Existe uma política clara do governo brasileiro, que não se reduz à questão simplista do favorecimento deste ou daquele setor, de implementação e manutenção de um modelo de desenvolvimento, do qual a política energética faz parte. É um modelo voltado para a exportação de matéria prima e hoje de energia, na forma de produtos energético-intensivos.

Este modelo de construção de grandes barragens foi baseado numa tecnologia norte-americana usada em grandes lagos. A engenharia brasileira se baseava no exemplo norte-americano.

Existe um modelo de construção europeu, de pequenos lagos aproveitando as quedas naturais. E as consequências são muito menores, pelo menos para as populações atingidas, do que o modelo norte-americano.

A engenharia nacional desenvolveu toda uma tecnologia com muita competência para a construção de grandes barragens e estão

hoje exportando esta tecnologia para a África e União Soviética. É uma tecnologia nacional, com capital nacional. Às grandes empresas de construção e consultoria se alternam na construção de barragens ganhando as concorrências: Camargo Corrêa, Constran, Odebrecht, Andrade Gutierrez, Queiroz Galvão (Mendes Júnior?). São as cinco maiores que ganham essas concorrências e que deram também sustentação ao governo militar por muito tempo. Há uma política de favores. (Há uma história por trás de tudo isso, que vem desde J.K. Primeiro com a construção de Brasília, depois estradas e agora barragens.

Este modelo que está aí, e o que leva o Luis Pinguelli a dizer que não se tem alternativas a ele, vem dessa política dos anos 60 do JK.

Tentando situar quem são os sujeitos na construção das grandes barragens, deve-se ir: às construtoras, aos equipamentos e aos financiamentos.

Há as grandes construtoras, e junto com elas vêm as pequenas para a construção da vila, da cidade permanente, da linha de transmissão, mas que no fundo são capitaneadas por essas cinco.

Há a questão dos equipamentos. Para as grandes barragens as turbinas são feitas lá fora. Para o caso do Xingó, as turbinas já tinham sido compradas antes da barragem ser construída.

Existe a demanda de energia, isso é real. Pelo modelo de desenvolvimento que temos, as barragens são necessárias porque existe uma demanda real para uma energia produzida. Mas que tipo de barragem se precisa? É aí o ponto de discussão. No caso de Xingu, de Tucuruí e Balbina, as turbinas já foram compradas antes das usinas serem construídas. Na época do Delfim havia um acordo que para entrar dinheiro novo no Brasil, parte desse dinheiro já ficava na Europa ou nos EUA para a compra de equipamentos. Empréstavam, mas uma parte tinha que ficar para pagar alguma coisa que deveria ser comprada.

No caso dos equipamentos, parte deles não é fabricada no Brasil. Aqui existe uma tecnologia que permite a construção destas barragens. E há a questão das grandes fábricas de cimento, ferro etc., que são o suporte para a construção das barragens. Há também o estudo dos fios de alta tensão. O Brasil não domina a tecnologia, então tem que ser utilizado o fio que é fabricado na Holanda.

Há também a questão do capital internacional. O Brasil, pelo menos hoje, não tem condições de ter uma poupança interna que permita a construção dessas barragens. Com o custo avaliado em 5 a 10 bilhões de dólares, (o aproveitamento integral do Xingu fica em 36 bilhões de dólares), nós temos que buscar lá fora esses recursos e com as condições de pagamento que eles nos impõem.

Enquanto cidadãos brasileiros todos somos atingidos. Pagamos essa dívida que é feita para construir esses grandes monstros. E aqui entra o caso atual sobre a internacionalização da Amazônia em troca da dívida, que já foi paga. Enquanto cidadãos, pagamos essa dívida e enquanto consumidores pagamos uma taxa 3 vezes maior do que as fábricas de alumínio (Alumar, Alcoa), que consomem grande parte da energia produzida por Tucuruí.

Para quem vai essa energia?

Que se precisa de energia não há dúvida alguma. Os políticos do Nordeste vinham pressionando o Ministério das Minas e



Energia para construir Xingó. O discurso girava em torno da seca do Nordeste, que os posseiros não tinham como irrigar sua terra; existia ainda o problema da migração interna etc. Mas, recentemente, a revista "São Paulo Energia", da CESP, noticiou que a energia de Xingó é para o pólo de Camaçari. Então o discurso de que o pequeno vai ser beneficiado, cai. Agora, frente à crise do setor elétrico, os empresários da Bahia falaram em se cotizar para terminar Xingó, para se ter energia garantida para o pólo de Camaçari.

Outro exemplo é o caso de Tucuruí: fala-se em "Modelo de Desenvolvimento Integrado". Os discursos oficiais vão nessa linha: "Nós vamos propor um uso múltiplo do lago e um desenvolvimento regional integrado". Só que a energia não é para a população de lá. Várias cidades da região não têm energia gerada por Tucuruí. No caso de Itaipú é diferente porque a região é densamente habitada. Trouxeram a energia por um "linhão" até São Paulo, não permitindo rebaixamento, isto é, não permitindo as ligações para as casas e propriedades rurais por onde passa esse "linhão". Essa é também a proposta para Cararaô, ou seja, trazer a energia através de um "linhão" para o Sul, sem rebaixamento. A energia vai ser produzida no Xingu, os efeitos ficam lá, mas a energia vai ser consumida no Sul e no Sudeste.

A energia gerada em Tucuruí vai para as fábricas de alumínio e é subsidiada, se abaixa o preço lá fora, a energia tende a baixar aqui. Então, a energia só pode custar "x" de uma tonelada de alumínio.

Existe também um acordo do Brasil com o Banco Mundial de realinhamento das tarifas elétricas. Todo mundo leva o maior susto ao receber as contas de energia elétrica... Cada mês a conta é mais alta porque é uma exigência do Banco Mundial. O setor elétrico vai realinhar os preços para "tapar o buraco" que está aí.

## Concluindo

Para as populações indígenas a construção de hidrelétricas causa um mal, e para nós que trabalhamos junto a essas populações, e para quem trabalha com outros atingidos, uma coisa que limita e inibe muito a luta da gente é a falta de informações. Na CPI/SP, escrevia-se todo mês para o presidente da Eletronorte solicitando informações sobre o Complexo Xingu e o que se recebia era um telex evasivo, que ainda estavam em estudo... Isso limita muito, porque da parte deles há mecanismos para saberem o que nós estamos fazendo, quem são os colaboradores, quais são nossas estratégias de ação. E o setor elétrico, no que diz respeito à Eletronorte, nunca passou uma informação fidedigna, pois, comparando o que está escrito nos documentos recebidos informalmente, os discursos publicados são deslavadas mentiras. Falo isto porque, com as outras concessionárias, não tivemos esse trabalho de corpo a corpo como foi com a Eletronorte.

Na semana do lançamento do livro "As Hidrelétricas do Xingu e os Povos Indígenas", ameaçaram dizer que os colaboradores do livro não eram pessoas dignas de confiança, porque do mesmo modo que eles colaboravam com a gente, colaboravam voluntariamente com as firmas de energia.

Sabe-se de pessoas que trabalharam para essas concessionárias de energia, mas através da sua atuação tornaram possível a edição deste trabalho e dessa denúncia de que a sociedade civil não participou de nenhum processo de elaboração dos planos do

setor elétrico. Está escrito no plano 2.010 de que fora "discutido exaustivamente com a sociedade".

Posso afirmar que nem a CPI nem as pessoas ligadas ao nosso trabalho participaram da elaboração de qualquer projeto do setor elétrico. No último estudo sobre Cararaó, colocam CPI e CIMI como "parceiros institucionais". Queremos dizer que a CPI não está trabalhando junto nem com CNEC nem com a Eletronorte.

**Egidio:** O esquema de desinformação da Eletronorte é terrível. Em janeiro de 1981, fizemos um relato sobre os efeitos de Balbina nas populações indígenas baseado em documentos da própria Eletronorte. Em 1983 a hidrelétrica estava ainda longe de ser concluída, e falamos com dados mais precisos.

No jornal de ontem (13.03.89) de Manaus, em letras garrafais, o Presidente da Eletronorte fala que "Balbina é um pecado". A gente sabia que ia dar errado, e baseado em dados deles próprios. Também a respeito da natureza, o problema é mais grave do que se previa. Há dias alguém jogou um fósforo na água e deu um fogaréu. Estão apavorados.

**Leinad:** Ainda a título de informação: nós fomos num simpósio onde o Dr. Renato, na época diretor do meio ambiente da Eletronorte, disse o seguinte: Balbina foi um fracasso, Tucuruí tem problemas, estamos abertos para discutir... e que a possibilidade da sociedade civil interferir na construção de qualquer barragem se dará nos próximos 20 anos. É mais ou menos lógico: há uma fase de estudos - 10 anos de construção. Assim a sociedade civil não participa do processo.

(Observação: - Até aqui exposição de Leinad, com algumas complementações dos participantes).

2. Informações dos representantes de áreas atingidas por barragem seguindo-se o roteiro: Barragem - sua localização; situação; o que o setor elétrico está dizendo; para quem serve; o que está acontecendo; perguntas que estão surgindo; reação da população: antes e depois.

**Alberto:** - barragens construídas:  
Itaipú - construída oficialmente para abastecer de energia elétrica o Sul; índios atingidos: Guaraní;  
Ibirama - para a contenção das cheias; índios atingidos: Xokleng;

Mangueirinha - no salto de Santiago; em construção;  
- Barragens planejadas: Itapiranga, Machadinho, Iraí, na foz do Chapecozinho e no Paraná.

O que está por trás disso é o projeto das agro-indústrias, que precisam de energia.

A CRAB (Comissão Regional dos Atingidos por Barragens) tem os dados técnicos para esclarecer a questão. Se faz de tudo para entender o que está por trás dessas 26 barragens que integram o projeto inicial. São 3 binacionais e 13 nacionais em toda a bacia do rio Uruguai.

No Paraná tem a do rio Tibagi (não se sabe ainda o nome). Atinge duas comunidades Kaingang.

Nessas barragens na bacia do Uruguai, embora não se divulgue os levantamentos, a colocação dos marcos e a localização já estão certas. Há lugares em que a população afirma que a Eletrosul já tem canteiro de obras. No Paraná, foram os próprios Guarani que denunciaram. Já o levantamento feito por nós não foi em cima do local da barragem. Há porém uma visita prevista no local dos marcos. A barragem do Tibagi vai alagar praticamente toda a área. Essa é uma barragem de porte grande e as empresas responsáveis, Eletrosul e COPEL, estão bem articuladas para esse trabalho. Conforme informações da própria comunidade. Esses dados são recentes, da última visita que a Equipe volante do CIMI fez à área, e são fornecidos pelos índios. Além dessa parece que existem outras.

**Clóvis:** - na comunidade de São Jerônimo, eles dizem que os índios vão ficar sócios da energia.

**Alberto:** - não temos os dados técnicos das do Paraná. A informação é de que as da bacia do Uruguai seriam barragens de porte médio, porque os objetivos são outros que não o das grandes barragens.

**Wilmar:** - a informação é de que a região não comporta grandes barragens. Onde não comporta como no rio Uruguai e no rio Xaçecó, serão feitas quantas barragens se possa fazer. No rio Iguaçu vão aproveitando os saltos e quando terminar o projeto, o rio ficará como uma escada.

**Alberto:** - a construção da S. Manuela implicaria na não construção dessas outras. Politicamente está dentro do Projeto da Eletrosul, mas quem vai financiar é um grupo de empresários de Xanxerê.

**Wilmar:** - de Itaipú, o linhão é para São Paulo, para o pólo industrial, e a linha de transmissão passa por comunidades indígenas do Norte do Paraná.

O caso da bacia do Xaçecó é interessante, pois é o Xaçecó e Xaçecozinho que cercam a área indígena. De um total de 25 ou 26 barragens, as 9 do Xaçecozinho representam 35% das barragens do projeto do Uruguai, mas vão produzir apenas 10% da energia da produção total.

**Clóvis:** - tanto em Machadinho, como em outras do rio Xaçecó, já estão definidos os locais dos canteiros de obras. Sobre o estudo de impacto ambiental não temos informações. Vemos que o processo de construção de barragens principalmente no rio Xaçecó está bem adiantado.

O linhão da Itaipú está subindo não sei em que sentido, e está previsto para passar ainda neste ano no Posto Indígena de Queimados, no Paraná, onde já estão abrindo picadas.

**Carlito:** - A CESE tem 4 usinas em construção no Paraná: a de Rosana, Porto Primavera, Ilha Grande e Jupia. Um projeto do parque-gerador de 20.000 MW. Algumas delas: Porto Primavera, Sousa Dias que é a de Jupia, já construída, e Ilha Grande, atingem áreas indígenas, áreas imemoriais. Outras áreas que os índios estão ocupando - a de Porto Primavera e Ilha Grande estão em construção - atinge os Ofayê-Xavante; 3 barragens atingem terras imemoriais. Vão inundar 225 mil hectares, desalojando cerca de 3.000 famílias e vão gerar 1.814 MW.



## Nordeste

**José Filho:** - a Barragem de Itaparica atingiu a área dos Tuxá na Bahia e indiretamente a área dos Pankararu e Pankararé. A área inundada é de 834 km<sup>2</sup>; segundo os cálculos da CHESF serão atingidos 7.378 famílias, num total de 40.000 pessoas (área urbana e rural de 7 municípios).

Sobre a questão específica dos indígenas, sabe-se muito pouco. Os Tuxá foram divididos. Ficou uma parte em Nova Rodelas e outra parte para Ibutirama. Como consequência dessa barragem houve o fracionamento definitivo do grupo; há mil problemas no reassentamento feito pela CHESF na área.

Os Pankararé estão numa área, com suas famílias, em Glória, onde vai ser instalado o projeto à jusante. Havia a discussão sobre o que fazer com essas famílias. As sugestões são as de que se fizesse as indenizações e que essas famílias voltassem para a área da aldeia que está delimitada ou que a CHESF construísse uma agrovila para eles, na própria área onde estão.

Com os Pankararu, há a questão de que nos 10 anos de construção de Itaparica aumentou o número de posseiros na área, os quais vieram para trabalhar na construção, gerando conflitos entre indígenas e posseiros.

Além disso, a distância para a cidade de Petrolândia, onde eles se abasteciam, vendiam e compravam mercadorias, ficou maior com a nova cidade construída. Os Truká, em Cabrobó, ainda não foram atingidos. Fala-se da construção de uma barragem do Ibó; um lugar que fica em Belém do São Francisco, em Cabrobó, que provavelmente vai atingi-los na Ilha de Assunção.

Muito mais próximo de Itaparica estão os Atikyn que também não foram atingidos. Há a questão dos efeitos indiretos.

Estão planejando a construção de uma no Porto da Folha, Pão de Açúcar, pode ser que atinja os Xocó. Esses efeitos indiretos é que precisam ser vistos. Como a de Sobradinho, vai atingir toda a área de Belém do São Francisco, Itacuruba e ficam bem distantes de Sobradinho. A barragem controla o nível de água. Desde que Sobradinho começou a funcionar, o pessoal deixou de plantar uma agricultura tradicional que é agricultura de vazante. Hoje o rio enche quando Sobradinho solta água; quando prende, o nível baixa e acaba com o ciclo em que o pessoal tradicionalmente cultivava a área.

A partir do momento que deixaram de plantar a agricultura de vazante, apareceu a agricultura irrigada para quem tem condições; só os que têm condições financeiras para conseguir bombas, eletrobombas, continuam plantando por conta própria. Os que não têm passam a ser parceiros, arrendam a terra, surgindo assim outras formas de trabalho, com quem tem condições de trabalhar. Aparecem os assalariados, coisa que não se verificava na agricultura de vazante, quando o acesso à água era mais fácil.

## Tocantins

**Geraldo:** Para situar a questão dos Xerente no Tocantins, a gente tem que se remeter à criação do novo Estado, a partir da Constituinte. O governador Siqueira Campos, que é da UDR, está criando um plano de desenvolvimento regional, estilo Juscelino Kubistcheck. O

slogan dele é: "20 anos em 2" e está criando toda uma pressão, uma publicidade na população local de que estes próximos 2 anos serão o arranque para a construção do novo Estado. Segundo as previsões, depois do Piauí, seria o Estado mais pobre. E fontes do próprio governo dizem que os grandes fazendeiros estão se cotizando para a manutenção do Estado. Até agora 30% da verba do novo Estado são para o funcionalismo público. E, segundo essas fontes, o governo tem verba para pagar o funcionalismo e investir na segurança pública e na construção de barragens. Ele quer construir juntamente com a Eletronorte a barragem do rio do Sono, que é um afluente do rio Tocantins, e 2 barragens no rio Tocantins, na área de Miracema do Tocantins, capital provisória. A propaganda que ele está lançando em torno disso é a criação de um pólo industrial do lado de Tocantins, uma vez que as áreas do lado do Araguaia são mais férteis e se pode investir no plantio e na pecuária extensiva. Esse conjunto de barragens que estão pretendendo construir vai atingir diretamente às áreas Xerente. No estudo da Eletronorte, afirma-se que 18% das terras dos Xerente seriam alagadas pelas barragens, mas na verdade, pelo número de afluentes e sub-afluentes do rio Tocantins, em nível de impacto ambiental, será uma coisa muito grande, o que vai modificar totalmente o meio-norte do antigo Goiás, favorecendo o possível pólo industrial e provavelmente vai transformar a região num grande pântano.

Paralelamente a isso, há planos de se tentar construir vias vicinais à Norte-Sul que poderia pegar a terra dos Krahô, ao norte do Tocantins, numa tentativa de se ligar isso a uma provável ferrovia até Pernambuco para escoamento de produtos. A nível de potencial energético, não se tem dados ainda, porque estão guardados a "7 chaves". As informações são mínimas. Os Xerente atingem 48% da área de Tocantínia e a área deles é de 162.000 ha.

Numa região muito pobre, esse pseudo-progresso que chega alegria todo mundo, e dificilmente a população vai se opor ao que vier. Não se encontra resistência. Não existem ainda estudos de viabilidade nos levantamentos sociológicos, antropológicos. O Estado está recebendo energia do Sul.

## Rondônia

Naderie: para Rondônia estão sendo programadas 3 hidrelétricas: Samuel, Ji-Paraná e Ávila.

Em construção já está a de Samuel, mas por falta de verbas foi interrompida. Planejadas são as de Ji-Paraná e Ávila, em Vilhena.

Tem-se poucas informações. Sobre Samuel o local seria o rio Jamari; a potência, 250 MW. O reservatório seria de 607 km<sup>2</sup>; os povos atingidos, Uru-Eu-Uau-Uau, Dro-Wari e 3 grupos sem contato: Ariquem, Urupain e Migulena. Quanto ao relatório sobre os impactos ambientais, não se teve acesso.

Sobre Ji-Paraná há o panfleto com todos os dados:

- no rio Machado com potência de 512 MW, com 4 turbinas. Início de construção em 1991. Funcionamento da 1ª turbina em 1995, a última em 1997. A formação da represa, em 1995. O perímetro da represa, 2200 km. Área inundada: 1.510 km<sup>2</sup>, ou seja, 150 mil ha. Orçamento: 600 milhões de dólares. Atingidos: povos Gavião e Arara, além de 2.000 famílias de colonos. Empresa responsável: Eletronorte.

Na época das cheias as aldeias vão ser submersas. Na seca, 10.000 ha. ficarão debaixo d'água e na época das cheias serão 80.000 ha. Isso, terra dos povos indígenas. Cidades atingidas: Jarú, Presidente Médici, Pimenta Bueno, Cacoal e Ji-Paraná, que o rio Machado corta pelo meio. Dizem que o pessoal que mora na beira do rio está animado porque o governo vai dar terras nos lugares mais altos (o folheto informa melhor).

A de Ávila era para entrar em funcionamento em 1990.

De Pimenta Bueno, as companhias estão tirando madeira, mesmo que haja proibição de venda de madeira em tora.

Tem a área biológica do Jarú, que vai ser atingida.

Em Ávila os povos a serem atingidos serão: Tubarão, Latundé, Sabanel e grupos não contatados. São poucas as informações. Sabe-se apenas que está programado para entrar em operação em 1990; atingiria o rio Ávila com a potência de 28 MW e reservatório teria 10.000 km<sup>2</sup>.

**Egídio:** (Lê um trecho do jornal - recaptura de animais).

**José:** - ainda em Ji-Paraná, com o aumento das águas, a questão da malária vai ficar mais séria. As plantas submersas vão envenenar as águas.

**Ângelo Panza:** - a respeito do estudo de viabilidade para Ji-Paraná, existem duas versões: um estudo preliminar da equipe de antropólogos que condenava o projeto e que estava fazendo o levantamento. O outro que a própria Eletronorte divulgou, que eliminava o parecer dos antropólogos e opinava pela viabilidade do empreendimento.

## Amazônia

**Egídio:** - para a margem direita do Amazonas, a Calha Sul, não há previsão de barragens, só no Calha Norte. Em Belém, a Eletronorte dissera que depois de Balbina só uma barragem seria construída. Mas, na verdade, tudo indica que há um novo projeto de construção de barragens que parece pior do que a construção por estatais, que é a entrega do Programa 2010 a empresas particulares de mineração, como é o caso da Paranapanema que agora constrói barragens de porte médio. Uma já de 10 MW, totalmente a seu serviço, já foi construída, e está construindo outra com o dobro de potência, também sob o seu controle, sem o controle da sociedade nacional, sem RIMA e outras exigências da Constituição.

Todas as barragens previstas no Calha Norte atingem áreas indígenas. Balbina mereceria um estudo todo especial, para que se possa mostrar os efeitos negativos que, se não aparecem tão evidentes em outras partes, estão presentes de uma forma ou de outra.

Para se ter uma idéia do que acontece com as barragens, Balbina é um exemplo de esbanjamento de dinheiro público, e entrega de mão-beijada para outras empresas de construção, como se a nação estivesse nadando em dinheiro. E as consequências são as mais

nefastas. Só de fevereiro para cá, houve a morte do rio Uatumã à jusante, quando à montante tudo já havia morrido com a construção das duas barragens. Em Balbina, desde quando se fechou o lago há um ano e meio, (as águas estão paradas, portanto, há um ano e meio!) até o dia 4 de março, quando foi aberta uma das comportas, entrando em funcionamento uma das turbinas, as águas estavam podres, pura mata apodrecida. À jusante começou a morrer o peixe de imediato, porque as águas perderam o oxigênio. Agora, a 318 km. da barragem, os peixes estão morrendo. A população que toma banho nessa água pega coceira. Em São Sebastião do Uatumã há um caso de uma pessoa que retirou uma tora dessa água e pegou uma coceira nos braços, que chegou a perder a pele. O rio está totalmente poluído.

Na semana passada, entrou em funcionamento a 2ª. turbina, com novas consequências para a população. Além disso, a Eletronorte construiu poços a mais ou menos 70 km. à jusante da barragem, e todos estão contaminados. Abaixo, até 318 km., não há nenhum atendimento e estão sem água e sendo abastecidos de peixes pelo prefeito de São Sebastião de Uatumã. Não há mais condições de sobrevivência, e nos próximos 10 anos a previsão é do rio ficar nessas condições, sem perspectivas de melhora.

À montante, não havia carapanã. Agora, logo que começou a fechar a barragem, aparecem nas matas dois tipos de carapanã. A água tomou conta da área indígena e os índios foram afastados; a Eletronorte indenizou apenas uma pessoa até agora e a empresa está acusando a população de que "foram avisados", "que não quiseram se retirar"... Esta única pessoa que foi indenizada foi colocada à jusante e o poço que a própria Eletronorte construiu para ela já foi tomado pelas águas poluídas. É uma prova da deslealdade da própria empresa. As águas à jusante foram muito mais longe do que o previsto. Desde no rio Coruja, afluente do Uatumã, até o Abonari, os agricultores estão sendo atingidos. Há algumas casas cobertas até o teto e a Eletronorte dizia que não iam ser atingidos. Várias famílias já se mudaram para Roraima, sem nenhuma indenização.

A própria Eletronorte reconhece que é a energia de Balbina a mais cara do mundo: 3200 dólares por cada KW instalado, só contando o dinheiro gasto, o custo visível. Se for calcular o invisível... Uma empresa dinamarquesa contratada pela Eletronorte fez o levantamento do valor da madeira submersa no lago. São um milhão de dólares só para 165.000 ha. que foi avaliado por essa empresa.

Quanto às informações para os índios, estes só foram avisados na hora. Levados até a barragem para verem os efeitos do que ia acontecer caso não saíssem. E ainda apresentam o fato como sinal de lealdade para com os índios.

Tucuruí

**Elisherto:** a obra já estava projetada há muito tempo, desde 68 e os trabalhos com a população afetada iniciaram-se em 1976. Várias empresas empreiteiras da Eletronorte fizeram um levantamento da população, estimada na época em 4.000 famílias em Tucuruí, Marabá e Jacundá.

Nesse 1o. contato, as empreiteiras diziam que eles iriam ter novas casas, lotes e uma série de benefícios, que iriam repor os prejuízos trazidos pela barragem.

A CPT entrou com um trabalho em 1982 e até essa data nenhum benefício ou assistência tinham sido dados para essas 4.000 famílias, com o agravante de que de 76 a 82 a população foi obrigada a assinar documentos e acordos.

O processo legal de desapropriação se faz por duas vias: pelo acordo ou pela via judicial. Se o poder expropriante quer o acordo ele propõe e as famílias aceitam o acordo proposto. Só que eles inverteram a questão: chegam para as famílias e dizem: ou você aceita este valor ou vamos para a justiça. A população em geral tem medo quando se fala de justiça e assinava acordo espúrios e mesmo degradantes. Na época houve gente que ganhou Cr\$ 500,00 (quinhentos cruzeiros). Cinco mil cruzeiros por lotes com benfeitorias. Eram valores aviltantes. Em 1982, pela CPT e Prelazia de Cametá começamos um trabalho. Ficamos numa encruzilhada: ir à justiça recuperar e anular os acordos, denunciando que eram ilegais, por erro, dolo, coação e pressão contra a população, ou começar um movimento dizendo "pode ser legal mas, por outro lado, é ilegítimo". A partir daí se optou por um trabalho de pressões.

Foram organizados três acampamentos, com 500, 1500 e mais de 2000 pessoas respectivamente, em frente ao escritório da Eletronorte. Com os acampamentos conseguiu-se o seguinte:

- a Eletronorte reconstruir as vilas;
- dar lotes de 50 ha.;
- e dar um valor que correspondesse ao tempo que as famílias ficassem para plantar. Isto porque passaram-se anos entre o cadastramento das famílias até o momento em que foram pagas as indenizações.

Com dois anos e pouco de acampamento, passeatas, pressões, a Eletronorte acabou cedendo, de maneira razoável. Construiu a Vila do Repartimento, a Vila do Jacundá e outras pequenas vilas que ficavam à jusante em Tucuruí e Marabá. Além disso, teve que dar lotes a aproximadamente mil e tantas famílias.

#### Sobre os índios:

Os Parakanã foram transferidos três vezes. Houve todo um projeto em que a Eletronorte propôs dar assistência, chegando às vezes ao absurdo - ter 5 a 6 funcionários para cada Parakanã, buscando minimizar os efeitos entre os índios. Criaram programas como o de criar galinhas, de hortas, que não tinha nada a ver com a vida dos Parakanã.

As vésperas do fechamento da barragem, em fins de 84, criou-se um movimento de pressão de "Defesa da Vida" para mostrar a deslealdade da Eletronorte. Naquela ocasião a Assembléia Legislativa do Estado pressionou o governo do Estado a entrar com uma ação, uma ação cautelar. A Eletronorte se antecipou à ação, fechou as comportas e não se pôde conter o fechamento.

As coisas foram acontecendo. Por parte da população, em geral, se levantaram questões como a da salinização das águas, que ia chegar até Belém, a questão dos peixes; isso ocorreu como se imaginava. A propaganda da Eletronorte era que a produção de peixe aumentaria.

**Jerônimo:** - falo do que vi no ano passado. Não acompanhei desde o começo, mas em vista do Seminário de Altamira, a CPT de Cametá e o Secretariado Regional do Norte II prepararam um documento,



um dossiê sobre Tucuruí. Por isso estamos a par. Essa luta desses anos e toda documentação, várias vezes mostram que a característica da Eletronorte é a de mentir descaradamente em qualquer situação, em qualquer ocasião, sabendo claramente que um dia depois podia se provar a mentira. Isso aconteceu com os índios, e isso aconteceu de maneira maior no sentido quantitativo com posseiros, colocados numa área que se dizia que não iria ser atingida; depois foram recolocados várias vezes, poços furados, tendo água no dia que o posseiro chega lá e na semana depois não tendo mais água (não sei por onde a água sumiu). E hoje, sobretudo, o problema à montante, é o dos mosquitos. Não que seja uma novidade, só que eles apareciam em uma parte do ano, e de maneira muito menor do que agora. Hoje, é sempre e de maneira muito mais intensa, que obriga famílias a abandonarem a área. Além do absurdo de dar 25 ha. para cada família quando o módulo regional é de 100 ha., e outras coisas desse tipo. Está correndo uma ação na justiça.

À jusante os problemas são mais ou menos parecidos com os de Balbina: a água imprestável; a produção de açaí e arroz, muito menor do que antes, porque a água não é mais fértil quanto antes, e a Eletronorte diz que tudo isso é culpa dos esgotos da cidade que estão contaminando o rio. Dito isso em debate público. Isso é jogar na incompetência total do pessoal. E isso vem de um técnico de alto gabarito em plena cidade de Belém, que se permite fazer uma afirmação desta na frente de 200, 300 pessoas. É absurdo.

O peixe à vazante desapareceu. Se no lago há mais peixe do que antes, precisaria entender porque isso está acontecendo e até quando, devido ao fato de que não foi desmatado, e todo mundo sabe o que a CAPEMI fez, ou melhor, não fez, deixando as árvores em baixo. Vamos ver o que vai produzir toda essa situação, que faz com que os sindicatos estejam se mexendo.

**Claudio:** Para concluir a explanação sobre Tucuruí, falta acrescentar que dois dos povos indígenas no Maranhão, Guajajara e Krikati, tiveram suas áreas cortadas pelas duas linhas de transmissão, e serão novamente atingidos pela linha planejada para 1991, a 3a. linha ligando Tucuruí a Presidente Dutra.

**Jerônimo:** A Eletronorte vai fazer uma nova linha para Vila do Conde, pois Tucuruí nasceu praticamente em vistas da ALUBRÁS, ALUNORTE, e ALUMAR, no Maranhão; não nasceu para Belém, nem para a região. Em plena cidade de Tucuruí, há bairros que não têm energia, outros têm mas a motor. Todas as vilas ao redor não têm energia por Tucuruí.

Quanto ao 2o. "linhão" que vai para Vila do Conde, a Eletronorte não quer indenizar os trabalhadores, porque diz que já foram indenizados uma vez.

XINGU

**Ângelo Panza:** Vou me limitar a dois fatos importantes:

O evento de Altamira (bastante noticiado) e a questão dos documentos.

Em todas essas trocas de informações, estão faltando alguns pontos importantes, justamente ao quantitativo de documentos que estão em nossa posse para poder debater ou rebater as afirmações mentirosas da Eletronorte. Por exemplo, em Balbina, não foi mencionado o trabalho que um cientista chamado Mulião, do INPA, está entregando nestes dias à Presidência da República, buscando comprovar cientificamente que a água de Balbina é boa e que o peixe está se multiplicando. Frente à opinião pública internacional é um documento oficial. Qual é o documento oficial que nós temos para contrapor? Temos só palavras...

Enquanto nós discutimos, está sendo implementado pela Eletronorte na tentativa de mais uma vez criar o "fato consumado", a barragem de Cachoeira Porteira". O RIMA foi entregue em janeiro. Nesse mês foi feito um pedido por parte da Eletronorte à Secretaria Estadual de Saúde, em Belém, de licenciamento prévio à aprovação do RIMA, para já contratar empreiteiras para a hidrelétrica Cachoeira Porteira. Isto ilegalmente, porque precisaria da aprovação do Congresso Nacional, sendo que Cachoeira Porteira atinge a área de índios não contatados, sobre os quais o RIMA não fala. O relatório de impacto ambiental está em análise na Secretaria de Saúde do Pará e também junto à Comissão Pró-Índio. - Se conseguirmos este texto a gente tenta bloquear. Isso porque a Eletronorte, mesmo sem este licenciamento prévio, já está tocando as obras porque a Andrade Guitierrez, empreiteira, já está desmatando a área do futuro reservatório de Cachoeira Porteira, que atingirá também a Reserva Biológica do Trombetas. Esta madeira está sumindo sem nenhuma autorização do IBDF. Não existe licença do IBDF. Está sendo vendida ou entregue à Mineradora Rio do Norte que irá se beneficiar da energia de Cachoeira Porteira na exploração de bauxita, matéria prima do alumínio, que irá fornecer depois à Alubrás e Alunorte. É todo um triângulo de interesses que estão por aí e que devem ser desvendados. Isso mostra como a Eletronorte e o governo não estão arredando o pé do plano de implantação de hidrelétricas de jeito nenhum. Estão indo em frente a qualquer custo. Qual vai ser o nosso posicionamento?

Quanto à margem direita do Amazonas, ou seja, o aproveitamento do Vale do Xingu, parece que furou tudo com o evento de Altamira. Entretanto, em agosto/88, às vésperas da promulgação da nova Constituição, a Eletronorte tentou a mesma jogada que estão fazendo com Cachoeira Porteira; não conseguiram porque não tiveram recursos para fechar o RIMA e o estudo de viabilidade final. Isto pelas próprias palavras deles, no encontro que tivemos com a Eletronorte. Quer dizer que eles tentaram burlar a Constituição, que exige a aprovação destes projetos que atingem área indígena pelo Congresso. Atualmente não existe relatório de impacto ambiental, na ex-Cararaó, atual Belo Monte; só existem estudos finais de viabilidade.

Estes estudos finais na parte antropológica tiveram a colaboração de equipes não confiáveis e não refletem a realidade. O que eles pretendem fazer está no Plano 2010 e por aquilo que a gente sente, querem mesmo que Belo Monte vá em frente e isto pressupõe a continuidade das obras no vale do Xingu.

Quanto à Tucuruí estão faltando dados interessantes. Não se levantou a problemática das eclusas. É um problema gravíssimo, porque é aquilo que está determinando o aproveitamento do Xingu; porque o aproveitamento do Araguaia-Tocantins iria pressupor a necessidade de construção eclusas nas próximas barragens, porque estão

bloqueando uma via navegável. Em Tucuruí passou assim sem eclusas, e ninguém protestou. Mas não sei em Santa Isabel, Marabá e outros aproveitamentos não iria se exigir a inclusão dessas eclusas que, por lei, são obrigatórias. No seu discurso, a Eletronorte está dizendo que estão fazendo as eclusas, o que é mentira. Quem está lá sabe que não pode ser. Os discursos são sempre demagógicos. É só ver a fala do deputado Gerson Peres, divulgado pela imprensa há uma semana. Há 4 anos atrás Gerson Peres jurou que se as eclusas não saíssem ele iria se colocar debaixo da saída das águas das turbinas de Tucuruí. As eclusas não saíram.

### Exposição: Plano 2010 = Alternativas Energéticas

**Adriano Rodrigues:** - Estou aqui substituindo o prof. Luís Pinguelli Rosa, que não pode vir por compromissos na COPPE. Estou chegando ao Brasil há dois ou três meses depois de passar 5 anos na França, fazendo doutorado em Energia.

Após ter realizado um trabalho na França, sobre energia e especialmente sobre Investimentos e Tarifas para que se viabilize a questão do desenvolvimento da energia.

Atualmente venho trabalhando na COPPE como professor na área de planejamento energético, dirigindo o mestrado. Está sendo inaugurada a área de planejamento em meio ambiente.

Conforme o convite que nos foi feito, deveria falar sobre "Alternativas Energéticas". Minha contribuição maior, aqui, talvez seja o de tentar responder dúvidas ao invés de fazer uma exposição. Inicialmente vou retornar um pouco ao 2010 e fazer uma ilustração que me parece bastante interessante.

No 2010 há uma previsão do consumo total de energia elétrica de 1986 a 2010. Vejamos o quadro da previsão e consumo real:

| Previsão de consumo: | Consumo real: |
|----------------------|---------------|
| 1986 ..... 185,6 kwh | 178,9 kwh     |
| 1987 ..... 195,8 kwh | 180,3 kwh     |
| 1988 ..... 211,7 kwh | 197,7 kwh     |

Comparando a previsão e o consumo até 88, verifica-se uma defasagem, o que mostra que o Plano 2010 precisa ser revisto. O plano trabalha com hipóteses otimistas. Vamos tomar o exemplo da França que calçou toda sua demanda de energia na energia nuclear. Hoje se tem na França uma sobra de 25% do total de energia produzida e que não é consumida. Temos que tomar cuidado. Projeta-se uma demanda de energia imensa, constrói-se e na hora da demanda se realizar, ela não se realiza.

Precisamos ser realistas. O Brasil precisará de energia no futuro, vai ter maior consumo e necessitará de maior geração para o bem-estar da população. Hoje, a região Sudeste possui consumo de energia de alta qualidade. Não podemos querer que regiões que estão em desenvolvimento e que serão pólos de desenvolvimento no futuro recebam energia de baixa qualidade. Será justo privar as pessoas de energia de boa qualidade? Sabemos que a energia elétrica é a de melhor qualidade que existe hoje.

A nível de outras fontes de energia teríamos, me parece, num futuro a médio e curto prazo; o gás natural. É uma energia nobre, não polui, é de alta qualidade. No Brasil está se chegando à conclusão de que existem reservas bastante grandes de gás natural, tanto no Sudeste como na bacia de Campos, onde estão descobrindo petróleo. E há o gás associado: quando se encontra o gás misturado com petróleo - é como se apresenta no Norte e Nordeste. No Juruá, por exemplo, há um gás não associado que é muito melhor a nível de planejamento energético; você pode planejar o consumo desse gás natural. Agora, o problema do gás natural é que para gerar energia elétrica ele não é uma boa fonte de energia. Os teóricos dizem que o gás natural é uma energia muito nobre para ser utilizada em geração de eletricidade. Ele teria um uso mais nobre.

Argentina e Japão têm muita energia gerada por gás natural. Acho que é uma alternativa que terá de ser utilizada. Como tudo no Brasil, terá problemas, porque a Petrobrás não fornece informações, prefere o gás embaixo da terra...

Outra alternativa bastante importante, com a qual a gente vai ter que se preocupar, é a conservação de energia. Neste sentido, teremos um potencial enorme de ganho. O sistema Eletrobrás está colocando no mercado um programa chamado Procel - Programa de Conservação de Energia Elétrica, que tem como meta no Plano 2010 uma conservação de 88.11 giowatt de energia elétrica. É um número razoável, que poderá até crescer.

A conservação de energia é quando você, com menor quantidade de energia, consegue manter o padrão de consumo. A conservação pode ser feita através de propaganda junto à população para que poupe energia, junto às indústrias para que ofereçam melhores informações a respeito do consumo de cada aparelho eletrodoméstico, por exemplo. Se se conservar a energia pode-se evitar até que se construam barragens na Amazônia e se tenham perdas nas linhas de transmissão de energia. Existe a idéia de que um país somente se desenvolve economicamente se aumentar o consumo de energia, principalmente elétrica. Se se fosse alcançar o consumo "per capita" de energia dos países europeus, que é de 10 a 20 vezes maior que o nosso, teríamos que inundar a Amazônia inteira.

A política de tarifas é outro ponto que precisa ser revisto no país, principalmente no setor industrial, que paga tarifas muito baixas. Existem contratos feitos com firmas nacionais e multinacionais de alumínio, por exemplo. Sabe-se que alumínio é energia pura. Hoje, a Eletrobrás faz contratos de 15 a 20 anos com essas empresas, para fornecer energia praticamente de graça, para depois o produto ser exportado para fora do Brasil.

Outra alternativa é voltar ao petróleo. O governo, em certo período, incentivou a troca de equipamentos movidos a óleo combustível nas indústrias por outros movidos a energia elétrica. Acho que para se deter a taxa de crescimento de energia pode-se fazer o movimento inverso: tentar induzir, talvez através de uma política de preços, que a indústria passe outra vez ao óleo combustível. O país hoje está produzindo praticamente a metade do petróleo consumido internamente.

Mas, e as chamadas alternativas energéticas mesmo?

Isto não resolverá nada, porque são utilizações de energia muito específicas, para situações mais específicas ainda. Em largos projetos, são inviáveis economicamente.



Há ainda a energia nuclear. É uma alternativa, mas apresenta problemas difíceis de serem resolvidos, inclusive a nível de domínio tecnológico. Teríamos que ter uma política bem definida para isto.

Há ainda o carvão mineral, mas em situações também bem específicas, não em larga escala. O carvão mineral brasileiro é de baixa qualidade e altamente poluente, talvez a energia mais poluente que possuímos e com a possibilidade de problemas sociais bastante graves.

As barragens também são alternativas de geração de energia. Talvez não as grandes barragens, mas as pequenas. Temos um potencial das chamadas pequenas centrais hidrelétricas nada desprezível. Temos que pensar em aproveitar pequenas quedas d'água no Sudeste.

Em São Paulo há uma alternativa bastante importante que é o bagaço de cana (propriedade dos plantadores). Mas há necessidade de convencer os plantadores a gerar energia; o governo teria que dar uma taxa de incentivo para a produção, mas aí entra o problema da tarifa...

Lenha, carvão vegetal e bio gás são muito específicos; a lenha e o carvão têm o problema do desmatamento.

As alternativas que me parecem mais importantes são o gás natural, conservação de energia e o retorno aos derivados do petróleo. Também não se pode esquecer as próprias barragens, talvez não as grandes, mas as pequenas. A construção de grandes barragens tem que ser discutida com a sociedade. Quando se vai suprir uma demanda de energia, há a energia que seria ideal, do ponto de vista ambiental, social, mas há a energia que é a viável. Nem sempre a viável é a ideal.

No mundo em que se vive, o que determina uma fonte de energia a ser utilizada em larga escala, ser vendida, é a viabilidade econômica do projeto. O grande argumento do governo quando falam em Cararaó e Babaquara é que construindo-se o complexo de Altamira o preço do Kw de energia ficarão muito barato. Tecnicamente a medição de impacto ambiental está muito atrasada. Está muito mais adiantado um outro cálculo, que é o cálculo econômico de viabilidade. Acho que as pequenas e médias barragens são alternativas que o governo terá que colocar na mesa de discussão.

O Plano 2010 tem que ser revisto, aproveitando-se sua concepção de planejamento. A Eletrobrás diz que o Plano 2010 está em constante revisão, então tem que se cobrar isto. Ele tem que ser revisto dentro de uma ótica menos conservadora, não só se relacionando crescimento de consumo de energia com PIB, e sim com outras variáveis tão importantes como esta.

Em segundo lugar, é preciso reprogramar a demanda de energia elétrica em termos de necessidades concretas dos setores de acordo com as prioridades sócio-econômicas nacionais e reorientando o desenvolvimento regional de acordo com a localização de recursos hidrelétricos e com a concentração demográfica. Isto é muito importante porque essa história de se construir uma usina, como o complexo de Altamira, para construir grandes linhas de transmissão para a região Sudeste, é injusto de ponto de vista social e regional. As pessoas que habitam a Amazônia certamente não têm necessidade energética de uma Cararaó ou de uma Babaquara.



O terceiro ponto é adiar a ligação para a transmissão de energia elétrica da região Norte para o Sudeste e reforçar a ligação da região Norte para o Nordeste, procurando estimular o desenvolvimento econômico nordestino, favorecendo a instalação de indústrias.

O quarto ponto é adiar a decisão sobre as obras do Xingu, ou seja, do complexo de Altamira, dando tempo de se realizar um estudo profundo sobre as consequências das grandes barragens na Amazônia, sob múltiplos aspectos.

Outro ponto é reprogramar as obras para aproveitamentos hidrelétricos na região Centro-Oeste e aproveitamentos menores ainda possíveis na região Sudeste. O governo deveria fazer um inventário de pequenas quedas d'água para ver a possibilidade de pequenas e médias barragens na região Sudeste. Depois de fazer este inventário, deveria rever a necessidade das grandes barragens na região Amazônica.

Outro ponto é cortar o subsídio da energia elétrica por contratos especiais como o de Tucuruí, para a produção de alumínio por empresas transnacionais destinadas basicamente à exportação.

Outro ponto é executar rigoroso programa de conservação de energia, tomando medidas para reduzir o crescimento do consumo energético, coerente com uma política mais voltada para o mercado interno.

Esses pontos devem ser discutidos dentro de uma nova concepção do planejamento energético brasileiro e dentro de uma nova perspectiva de eleição no final do ano para presidente da República. Deve-se cobrar estas coisas dos candidatos, um comprometimento com uma política energética e um planejamento que leve em conta esses pontos que acabamos de mencionar.

Hoje, na nova divisão internacional do trabalho, existe na Europa e Estados Unidos pessoas que defendem a idéia de que na nova divisão da economia o chamado primeiro mundo estará implantando indústrias de pouca intensidade de energia - como a informática e biotecnologia, enquanto em países como o Brasil, do chamado terceiro mundo, da periferia, eles implantariam as chamadas indústrias intensivas de energia.

#### Plano 2010 - despojamento de Ângelo Fanza:

Trata-se da projeção da produção de energia frente à demanda até o ano 2010. Esse plano foi assinado como decreto-lei, dia 6 de setembro do ano passado, pelo presidente Sarney, nas vésperas da promulgação da Constituição, adiantando-se, portanto ao poder decisório do Congresso Nacional. O problema energético não pode ser resolvido a curto prazo. A previsão é até o ano 2010 porque o setor elétrico considera a resposta a uma exigência de energia não imediata. Esse plano prevê um inventário, estudo de viabilidade e realização de obras. A maioria desses aproveitamentos hidrelétricos, especialmente os maiores, será realizada na Amazônia, considerada vazia demográfica, com consequências sociológicas menos graves que no Sul.

O plano é consequência de uma demanda, mas esta demanda é calculada em projeções que não correspondem à realidade. Essa demanda foi calculada em relação ao crescimento econômico, o PIB anual. Nestes últimos anos, o PIB, em lugar de crescer, como estava previsto, está baixando de maneira bastante drástica. Ora, a demanda foi

projetada seguindo um esquema, um modelo imposto de fora, que exige grandes blocos de energia e determina como se produz e onde se produz.

Como se define as prioridades, e quem as define?

Quem decide é o Ministério das Minas e Energia e o Departamento Nacional de Águas e Energia Elétrica. Ultimamente estamos vendo nos aproveitamentos e nas previsões, de que se tem conhecimento, que estão previstos mais grandes aproveitamentos do que pequenos.

Todas essas obras necessitam de dinheiro para serem realizadas. São quantias muito elevadas, destinadas desde a instalação da obra até a transmissão de energia. A demanda maior desta energia não é na área de realização dos empreendimentos. Viu-se claramente que a energia produzida no Norte do país não serve à região, mas é prevista para abastecer o Sul e o Sudeste. Portanto, são distâncias que variam entre 2 e 3 mil quilômetros, encarecendo os custos da energia. E, tampouco, se fala em custos sociais.

A força do Plano 2010 foi abrir a possibilidade de financiamentos estrangeiros para empreendimentos nacionais. Esses projetos estavam sustados por duas motivações: falta de credibilidade dos estudos da Eletrobrás, Eletronorte e Eletrosul, e não respeito àquelas condições que os bancos financiadores tinham colocado em relação aos problemas ambientais e indígenas. Entretanto, a formulação de um plano diretor de medidas de proteção ambiental incluído no 2010 revela falhas no campo social e antropológico. O problema humano foi anexado ao problema ambiental. Colocam-se num mesmo nível os índios, populações ribeirinhas, as árvores, os bichinhos, os peixes e as aves.

Em todo caso, há nesse plano diretor de proteção ambiental um meio bastante forte para se pressionar, com vistas a embargar obras ou dificultar a realização de grandes hidrelétricas no Norte.

A energia produzida favorecerá os grandes grupos industriais. Este é um dos pontos sintomáticos do por quê deste plano e da pressa de realização desses grandes empreendimentos hidrelétricos. Neste momento, as pequenas hidrelétricas não responderiam, pois somente gerariam energia para as bases de produção.

Estava-se prevendo um "linhão" vindo de Tucuruí para o setor oeste, da margem esquerda até a margem direita do Amazonas, para favorecer este esquema de interligação. Está-se querendo interligar todos os centros de produção de energia elétrica justamente para compensar, primeiro, estações diferentes - onde há uma só estação de chuvas, portanto os lagos, as represas, ficam cheias em períodos diferentes. As interligações permitiriam o intercâmbio de produção. Para onde vai essa energia, como é distribuída, como é utilizada e a quem interessa? Quem controla a energia, controla o país. Não somente no sentido de controlar o trabalho, os empreendimentos industriais, mas também o fluxo migratório de pessoas. Esta interligação é justamente a que permite o jogo de distribuição de energia para usar da maneira que mais convém àqueles que têm o poder de decidir o destino dessa energia. A energia hoje no Brasil está favorecendo os grupos industriais. Não é, com certeza, em favor da população, tanto que, em locais destes empreendimentos, a eletrificação rural está em atraso.

O favorecimento dos grupos industriais ainda tem o agravante de se tornar um encargo muito pesado para o país. Estes consumidores exigem energia de baixo preço. No caso concreto do "linhão" Tucuruí, fala-se que Belo Monte, Itaituba, Santarém,

Oriximiná serão beneficiadas, e se ligaria a Balbina, interligando, por sua vez com Cachoeira Porteira. É claro que servirá para favorecer o canteiro de obras de Jurá/Cararaô, onde haveria a subestação e iria favorecer a fábrica de cimento prevista para Itaituba, que daqui a alguns anos iria fornecer cimento para realizar Cararaô.

Se não tivesse essa energia a preço facilitado de Tucuruí, fabricar cimento em Itaituba seria a um preço tão elevado que não compensaria. Então está claro que o "linhão" não é para fornecer energia para o pobre, mas ao canteiro de obras da Cararaô.

## Relato das Experiências

**XINGU = Ângelo Panza:** - É uma situação particular porque nas outras construções as reações organizadas se deram quando já estavam sendo construídas as barragens. No Xingu as manifestações se iniciaram antes da construção da obra. Isso permite questionar a política energética mais do que minimizar os impactos e discutir as indenizações ou maximizar as vantagens. Outra observação geral a respeito de todo esse processo do Xingu refere-se ao momento político favorável e às dificuldades econômicas do país, que não permitem tocar em frente as obras.

Fazendo um histórico das etapas mais importantes, desde 1983 a Prelazia do Xingu percebeu as andanças da CNEC (Consórcio Nacional de Engenharia) fazendo viagens de pesquisas ao longo do rio Xingu e do rio Curuá, cada vez mais frequentes. Foi praticamente a etapa de inventário final e o começo do estudo de viabilidade e previsão dos aproveitamentos do Xingu. Já em 1983 ficamos sabendo que as várias alternativas, dos diferentes estudos de viabilidade, tinham sido fechadas e já escolhida a alternativa final.

Naquele tempo a Prelazia procurou se informar, porque como aconteceu em Balbina, os informes oficiais não chegavam. Era difícil saber dos órgãos oficiais o que estava acontecendo. De 83 a 86, procurou-se juntar a documentação, mas não se conseguiu quase nada. Só as conversas de que talvez aí seria um lago para hidrelétrica, etc. Em 1986, por ocasião da Semana de Estudos Amazônicos, aqui em Brasília, organizada pelo CIMI e outras entidades, analisou-se a situação amazônica, a problemática frente às queimadas, devastação, as estradas e os grandes projetos. E aí já saiu a notícia do projeto em andamento na bacia do Xingu. Estudou-se a possibilidade de uma articulação entre o CIMI e a CPI de São Paulo, para tentar saber mais e como se articular.

A primeira idéia foi a de fazer um dossiê, com documentação e análise crítica e científica da situação. Aos poucos foram se aprofundando alianças através da CPI e CIMI, com profissionais e outras entidades ligadas ao problema indígena, porque o aproveitamento do Xingu ia atingir diretamente a população indígena da bacia do Xingu que é bastante relevante. Setores da sociedade, como universidades, profissionais, OAB, Associação Brasileira de Antropologia e outras entidades se manifestaram a favor dessa tentativa de documentar, discutir ou questionar o projeto.

Em 1987, já com o trabalho da CPI em curso, baseado inicialmente em documentos, como mapeamento total da área que seria inundada nos dois aproveitamentos - Cararaô/Babaquara - assustou a quem viu. O projeto era enorme. Inclusive os próprios estudos de

Viabilidade falavam do empreendimento do Xingu-Babaquara-Cararaó como obra do milênio. Deveria ser inaugurada no ano 2.000, para a entrada no milênio com o potencial energético de grandes vantagens econômico-financeiras, fornecendo energia a baixo custo. Isto se vem repetindo nos 5 estudos de viabilidade. O lago seria de 6.000 km<sup>2</sup> com vários pontos de fuga no próprio mapeamento.

É bom levar em conta alguns acontecimentos.

Antes de 1987, houve a descoberta casual, pelo CIMI, no final de 1986, do Calha Norte que apesar da denúncia, infelizmente continuou, porque já era um projeto fechado, em andamento.

Em 1987, a campanha do Estadão contra o CIMI, que com certeza foi motivada pela atuação do CIMI buscando também discutir e questionar as barragens do Xingu.

Em seguida, houve um Congresso Internacional em Viena, patrocinado pelas Nações Unidas e pela Justiça e Paz da Áustria. Estavam em andamento os trabalhos da Constituinte e, naquele Congresso, estavam os índios da bacia Amazônica com exceção dos do Brasil porque a Funai não permitiu sua saída, com medo que denunciasses essas grandes obras, como prejudiciais para as nações indígenas. Naquele Congresso eu estava presente e apresentei aquele famoso mapa, visualizando o aproveitamento do Xingu e todos ficaram espantados porque o projeto era grande demais.

A preocupação praticamente ultrapassou região do Xingu e do Brasil. As denúncias atingiram uma conotação internacional. Já estavam começando os alertas a respeito da região amazônica. Foram feitas pressões na Constituinte, por parte dos índios. Raoni foi lá, com o mapa, e disse: "aqui eles estão querendo mexer com o meu rio, eu quero saber o que está acontecendo".

São momentos que mostram o crescimento da tomada de consciência e o questionamento da problemática.

Outro fator importante foi o acidente (ou atentado) contra Dom Erwin, no final de 1987, que talvez tenha uma ligação com a campanha difamatória contra o CIMI e busca de eliminar os obstáculos.

Em 1988, a visita dos dois índios Kayapó aos Estados Unidos, Paiakã e Kobe-í, com o conseqüente processo na Polícia Federal, aumentou a ressonância internacional. Começaram a conhecer fora o que é o Xingu, o que é a Amazônia, o que são os índios.

Houve também no início de 1988, em Belém, o Encontro de Líderes Indígenas do Pará. Estava presente o assessor jurídico do CIMI, Paulo Machado Guimarães. O questionamento aos grandes projetos foi marcante. Talvez tenha sido o primeiro passo para organizar esse encontro de fevereiro, pois já se falava naquela época em como ampliar a participação.

Chegamos ao lançamento do dossiê, no final de 1988, que questiona muito toda essa questão, individualizando e apontando:

- quem são os inimigos, contra quem vamos lutar, passando da Eletronorte, inicialmente, para o Ministério das Minas e Energia, de uma política energética ao próprio governo federal, chegando às financiadoras; passou-se a se perguntar se não haviam ligações mais amplas que vinham de fora. Isso depois do lançamento do dossiê, em 1988. O Tribunal Internacional dos Direitos dos Povos Indígenas questionou a problemática dos grandes projetos, exemplificando e documentando com Atas do próprio Tribunal Internacional a problemática do Xingu.



Em 1989, no mês de fevereiro, faz um mês portanto, aconteceu o 10. Encontro dos índios no Xingu, onde todo o problema veio à tona, com o confronto direto com a Eletronorte, o Ministério das Minas e Energia, o Governo Federal e os povos indígenas. Também a sociedade local, que durante vários anos não sabia de que lado se colocar, se do lado dos pequenos grupos privilegiados ou, como no final desse encontro, contra esses projetos, questionando a maneira de decidir e os interesses que estes projetos atendem.

Este foi um pouco do processo histórico da articulação do Xingu.

Os inimigos contra quem estamos lutando vão desde a Eletronorte até o FMI e Banco Mundial.

As alianças que se foram estruturando começam com o CIMI e CPI, juntando a DAB, ABA, Sindicato de Engenheiros do Pará, universidades e grupos atingidos. Em vários encontros foram convidados grupos já atingidos pelas barragens, tanto índios ou não-índios, e esta troca de experiência vivencial de quem já sofreu o impacto foi determinante para conscientizar, pois abriu a visão dos que iriam ser atingidos no futuro, e mudou o posicionamento do povo de Altamira. Fora os índios, a maioria até uns meses atrás, estava de acordo com a construção das hidrelétricas.

A propaganda através de todos os meios que eles têm de divulgação, apresentando somente as vantagens previstas para o amanhã, levou a população a pensar que esta era uma obra boa para eles. Eram poucos os que desconfiavam. Entre os mais coniventes com esta política energética, apresentada pela Eletronorte, estavam as autoridades estaduais, autoridades locais, políticos, comerciantes, enfim todos aqueles que estão prevendo vantagens econômicas imediatas, sem pensar nas consequências do amanhã.

A metodologia utilizada, em linhas gerais, foi a seguinte:

1o. passo: procurar informações; 2o. passo: juntar documentação. Foi um trabalho difícil mas está aí, justamente, a nossa força que permitiu fazer uma análise crítica e científica. Lembro que nos primeiros encontros com os colaboradores do dossiê, se sentia que havia material com que trabalhar. Diante dos informes superficiais nos perguntávamos:

- qual é o levantamento que está sendo feito?
- qual a área a ser inundada?
- qual o tipo de projeto?
- quais as consequências?

Gastou-se tempo e dinheiro, mas através dessa documentação, avançamos. Depois de analisada, tentávamos, na medida do possível, recolocar essas informações a nível popular para os atingidos, para os próprios grupos indígenas.

Dificuldades: - juntar a documentação e informações;

- veicular estas informações. A imprensa nacional e internacional são sempre muito contrárias à divulgação desses informes, especialmente porque não se limitavam a notícias mas também a questionamentos, dando nomes e dizendo quem vai ganhar dinheiro com isso e quem vai ser prejudicado.



Foi esse o trabalho básico do dossiê.

A desinformação e falsificação de dados, feitas de propósito por parte da Eletronorte e das autoridades, foram marcantes. Só que era difícil denunciar isto no início por falta de documentos.

Como conscientizar a população de Altamira, cidade e redondezas, que estavam "sonhando" com a solução da problemática econômica e social com a vinda do canteiro de obras, nos perguntávamos?

Como superar a interferência e as pressões por parte dos políticos, autoridades, comerciantes e a UDR que se movimentaram com a manifestação em Altamira?

Outro ponto muito difícil é a convivência da Funai com a Eletronorte. A cooptação de funcionários e entidades para fazerem pesquisas era outro problema, pois quando o resultado dessas pesquisas não eram coerente com a linha e informação deles, descartavam e substituíam. Obrigaram o Museu Goeldi, por contrato, a manter sigilosos os resultados das pesquisas populacionais.

Outra dificuldade foi a campanha de difamação movida contra o CIMI, e que vai se repetir porque já estão veiculando na imprensa os pressupostos para uma 2a. campanha de difamação.

Ainda existe a falta de estrutura sindical e de consciência política na região de Altamira. Estão começando a surgir organizações, que estão agora dando os primeiros passos.

A dificuldade maior, parece, é que quem está assumindo a luta, ou está colocando questionamentos, são pessoas de fora, que assumem isso e se a uma certa altura encontram dificuldades, vão dizer "afinal de contas não sou eu quem vai ser atingido pela água. Se os que vão ser inundados não assumem, o que adianta?" Esta dificuldade se percebe nas pessoas do Cimi e da própria Prelazia. Às vezes dizem: "Não adianta lutar porque contra esses gigantes não vamos ganhar, eles vão fazer Cararaô". Hoje tem gente convencido que Cararaô vai sair. A Eletronorte aposta que entregaremos os pontos depois de um certo tempo.

Foi muito válido o engajamento dos índios, que mostraram claramente: "Não queremos esta barragem e ponto final. Se vocês a fizerem, é guerra mesmo".

Um dos perigos, é que enquanto nós brigamos contra Cararaô/Babaquara, a Eletronorte já está com o RIMA de Cachoeira Porteira, outro empreendimento na região do Pará, não muito longe da área do Xingu. Pronto e aprovado, este RIMA, pela Secretaria da Saúde do Pará, é um precedente. Eles vão repetir o esquema, mudando os dados, e aprovando o 10., depois o 20., o 30. e o 40., e aprovam Cararaô e Babaquara.

Temos que ficar bem atentos para bloquear a aprovação do 10. RIMA, seja qual for, grande ou pequeno. O RIMA de Cachoeira Porteira já foi entregue há três meses, com pedido de licenciamento prévio para a contratação das empreiteiras antes da aprovação do relatório, criando outra situação perigosa.

#### Resultados positivos:

- as alianças que se costuraram;
- os índios que assumiram muito claramente a luta;
- simpatizantes de dentro e fora do Brasil aumentam;
- a comunidade científica se posicionou claramente neste dossiê;

- a publicação do dossiê, apesar dos esforços e dos gastos;
- a luta que se ampliou a nível local, nacional e internacional.

Entretanto, a luta não terminou. Um resultado muito importante do trabalho de pesquisa e documentação feito de maneira séria e científica é a sua credibilidade.

**Leinad:** Explica a aquisição de fundos para a publicação do dossiê.

**Jerônimo:** Com o ganho do Sindicato de Altamira, em agosto do ano passado, o pessoal começou a se mexer.

Pensou-se em organizar em fevereiro 3 dias de encontro antes daquele dos índios, com os companheiros de Tucuruí, da CRAB (do Sul), os companheiros de Cametá e da CUT estadual, para um primeiro passo entre os sindicatos da área, tentando fortalecer a CUT regional, em vista, também, desse problema. E a partir de agora com a organização pode se juntar a luta de índios e não-índios.

De passo em passo, vamos tentar a nível estadual um movimento contra as barragens.

**Ângelo:** Depois do dossiê, estamos com a CPI editando a nível popular uma série de livrinhos.

## IIAIPU

**Alberto - ia, parte:** Eram 5 família Guarani, entre outras famílias não-índigenas, na barranca do rio Paraná. Era um bairro rural. Esse pessoal vivia assustado com um paraguaio que se dizia Guarani, cacique daquele grupinho disperso; tudo isso porque acreditava que como cacique receberia indenização dada por Itaipu. Havia, pois, uma briga interna e uma briga mais global de reconhecimento da área como terra indígena. Para isso precisariam ser reconhecidos como índios, o que era negado sistematicamente por Itaipu e Funai. Não havia uma equipe local do CIMI que acompanhasse o grupo. Teria que ser alguém de Xanxerê, ou Itanhaém para ir até a região de São Miguel do Iguaçu a fim de se dar um acompanhamento. Não era um acompanhamento tão frequente como deveria ser.

A organização da população atingida, em termos gerais, foi uma luta mais nossa do que da comunidade, principalmente porque nem havia comunidade até então.

Um dos acontecimentos importantes foi quando se verificou que os moradores daquela região tinham saído de lá assustados pelo Nicolau e estavam esparramados pelo Paraguai. Fomos vários dias pelo Paraguai e conseguimos que o pessoal voltasse. Todo mundo voltou e aquele grupinho de cinco famílias esparramadas em um mês passou a ser de 30 famílias. Depois passaram a se reconhecer como grupo maior e o Nicolau não mais os incomodou. A partir daí o quadro começou a se alterar.

Outra coisa importante, além da vinda dos companheiros que estavam no Paraguai, foi a forma de articulação deles quando se levava índios de outros lugares para ir conversar com eles sobre a sua situação. A primeira vez nem foi visita, mas gravamos uma fita que foi

levada a esse grupo de 5 famílias Guarani, tentando convencê-las a não aceitarem o dinheiro que a Itaipu ia dar, porque se aceitassem iria complicar a vida deles. Era uma situação difícil, porque tínhamos que chegar a um grupo que até hoje está na miséria. A fita com a gravação foi recebida dentro de um ritual; a fita no toca-fita do carro e eles em volta do carro faziam as cerimônias, com discurso do líder religioso.

Alguns membros dessa comunidade, para poderem entender melhor esse problema da terra, foram levados para ajudar na demarcação da aldeia de Itariri, no interior de São Paulo, de onde vinha a fita. Dois deles foram ajudar nos trabalhos de abertura de picadas e nesse processo foram se conscientizando; começavam a se questionar sobre a importância da terra para eles. Posteriormente ocorreu uma reunião difícil com a Itaipu, Funai, Polícia Federal e Incra, para discutir com os índios uma proposta final.

Em 1979, começou a luta com o levantamento e em 07 de junho de 1982 houve a mudança para essa terra nova. No final de 1982, uma equipe do CIMI foi para o local residindo próximo à área. Um dado fundamental é que existia um prazo para o fechamento das comportas. No final do processo não tinham mais nem o que comer. Os índios trabalhavam como diaristas nas fazendas vizinhas e, no final, nem isso.

**2a. parte:** Os índios estavam cercados por colonos alemães e italianos. A terra onde foram colocados era em parte dos colonos e parte figurava como terra dos índios, mas os colonos não foram indenizados.

Os índios foram rejeitados totalmente pelos colonos alemães e mais ainda porque os índios queriam o pedaço de terra e os colonos também, e os dois tinham direitos, porque os colonos não tinham sido indenizados. Depois de um tempo percebeu-se que as famílias Guarani (não existia realmente uma comunidade) não valorizavam sua cultura. Programou-se um trabalho de conscientização dos alemães e índios, capacitando-os a assumirem a luta. Foi um longo trabalho de cinco anos. Nos dois primeiros anos, o trabalho limitou-se a mostrar-lhes como funciona a "sociedade branca", e depois sobre a importância de recuperarem sua história, se valorizarem como índios. Os Guarani negavam sua identidade.

Depois de dois anos começaram a se auto-valorizar, a se organizarem como comunidade e assumir eles mesmos a luta. Começaram a pedir os 1500 ha. que faltavam. Um cuidado especial que tivemos foi que a conscientização não se limitasse aos líderes, a pessoas isoladas, mas atingisse toda a comunidade, e que a Funai não cooptasse o cacique com presentes. Quando alguém vinha negociar, a reunião era feita dentro da comunidade. Nunca aceitaram que fosse fora, para que a comunidade inteira acompanhasse o processo. Os Guarani começaram a luta pela recuperação das terras, fizeram alianças com os sem-terra da região e o Sindicato dos Trabalhadores Rurais. Os índios participavam do movimento dos sem-terra nos acampamentos e estes, nos momentos de dificuldade, vêm até hoje nas áreas dar apoio pessoal aos índios. Os Guarani escreveram ao Banco Mundial, primeiro pedindo uma reunião com a Itaipu. Escreveram, pessoalmente, mas não receberam resposta. Retomaram com a assessoria do Júlio.

Uma coisa importante é que os índios sabiam identificar bem a nossa postura, nosso trabalho e o do Júlio. Nunca a equipe interferiu nas tarefas. Nas questões jurídicas, quem falava era o Júlio e as reuniões eram com ele. Isso ajudou muito a eles próprios se

relacionarem enfrentando as dificuldades. Conversar com um advogado, enfrentar uma reunião com o diretor da Itaipu foram situações que deram aos índios muita força pessoal.

#### Quanto às alianças:

Nesses primeiros 2 anos, as alianças foram mais do CIMI do que dos próprios índios. Foi uma articulação com agricultores (sem-terra), imprensa alternativa, com as forças de oposição. Era mais um apoio para os momentos críticos.

Foi um avanço na luta quando o CIMI conseguiu assessoria jurídica. Houve um grupo grande de pessoas que colaboraram. Depois, o CIMI foi à ABA, e solicitou um laudo antropológico. Eles fizeram. Depois disso a Funai nunca mais foi na área. Aliança que funcionou, foi a dos outros Guarani com o pessoal de Ocoí. O Marçal Tupãí esteve na área e outros se incorporaram. Houve então um avanço na luta.

#### Resultado:

Objetivos alcançados: - obtenção de 231 ha. em 1982 (o que era possível) o que permitiu uma pausa para ver como continuar na outra fase; a apropriação da luta; consciência crítica; consciência de povo, na organização das alianças dentro da sociedade; e respeito por eles próprios. Houve um momento em que colonos e índios se sentaram juntos para ir contra Itaipu, reivindicando seus direitos. Até agora ainda não conseguiram os 1500 ha., mas continuam na luta.

Wilmac: o eixo de toda essa luta e dos avanços era estabelecer um precedente de aplicação do Estatuto do Índio no que diz respeito à remoção, quando da inundação de área indígena, tendo que entregar terra por terra. Esse parece que era o objetivo principal que se queria. Tinha esse artigo no Estatuto do Índio. Não se podia deixar passar em branco porque o que se teria era exatamente um precedente contrário. Inundam uma terra indígena e simplesmente pegam os índios e os transferem. A proposta era tentar estabelecer um precedente, conseguir uma terra conforme mandava o Estatuto do Índio, terra em iguais condições, igual tamanho, mas se chegou a estabelecer o precedente favorável.

Há uma avaliação que vale anotar: alguns erros ou dificuldades nesse processo foi a fragilidade do setor local e regional de apoio à causa indígena. Aprendemos lições muito importantes. Na luta de Chimbangue, por exemplo, já aproveitamos essas lições e não cometemos os mesmos erros. Nesse caso - Chimbangue - o apoio regional foi decisivo e foi bem articulado. Nunca a sociedade catarinense tinha feito isso pelos índios. Foi uma lição que se tirou do Ocoí.

No momento da negociação da Funai com a Itaipu, eles jogaram pesado e sujo. No envolvimento das lideranças da comunidade e nós, evidentemente respeitamos o passo e a capacidade que os índios tinham de compreensão do momento, a sua limitação e as dificuldades que eles tinham de entendimento da sociedade brasileira; talvez foi aí que fraquejamos.

A nível nacional do CIMI não bancou a briga contra os critérios de indianidade. Naquela época insistimos que o CIMI questionasse judicialmente a Funai, justamente sobre essa questão dos critérios de indianidade, e o CIMI não "bancou" isso a nível nacional. Era uma briga de peso do projeto de emancipação. Existia documento oficial, o laudo antropológico da Funai, que é absurdo.

Tínhamos dificuldade para localizar alternativas de terra, naquele momento, por falta de um inventário que a própria CPT não tinha. CPT, CPT e Sem-Terra estiveram sempre articulados na luta, inclusive um aliado importante era uma luta contra as barragens de Itaipu. O pessoal atingido por Itaipu, em dois documentos deles, incluía reivindicações de respeito aos direitos dos índios.

Articulação fraca do movimento indígena, porque os Guarani não tinham uma articulação a nível nacional ou regional mais forte. A articulação que se deu foi fundamental a nível daquela comunidade. A articulação dos índios contra Itaipú não foi possível.

Não exploramos a opinião pública e via-se na época que o grande medo da Itaipu era a opinião pública. A Funai nos colocava diante de fatos consumados. Com isso aprendemos, e no caso Chimbangue fizemos o contrário. Conseguiu-se o reconhecimento regional da comunidade acadêmica sobre a realidade dos índios, para depois colocar a Funai diante do fato consumado. Ela não podia mais negar que os índios eram índios. Em Ocoí, nem se pensava que iria passar por aí.

## TUCURUI

**Felisberto:** (Através de um pequeno mapa, tenta localizar a barragem de Tucuruí)

A barragem de Tucuruí atinge os municípios de Tucuruí, Itupiranga, Marabá e Jacundá. Atingiu 4.000 mil famílias.

As áreas indígenas diretamente atingidas foram a dos Gavião e a dos Parakanã, que foram removidos. Entre eles não tinha ninguém do CIMI trabalhando. A população rural era gente vinda de fora e o pessoal da região (ribeirinhos), sem nenhuma experiência de luta e nenhum tipo de organização.

Em 1975, quando chegou o processo de indenização e levantamento de benfeitorias, a Diocese de Marabá alertava a população...

Em agosto de 1982, ingressamos nesse trabalho já sob ameaça de fechamento de barragem.

De 1975 a 1982 a Eletronorte fez acordos com as famílias, através da via amigável ou judicial. "Ou aceita ou levamos à justiça". O pessoal com medo aceitava os acordos mais espúrios possíveis.

Quando iniciamos o trabalho tínhamos duas opções: ou vamos levar 4 mil casos, um por um, à justiça, dizendo que houve coação, erros, ou vamos partir para a pressão. Preferimos a segunda hipótese. Tentamos criar várias comissões com as famílias, e dessas comissões uma que seria a de negociação. A Eletronorte não queria nenhuma conversa. Em setembro de 1982 houve um primeiro acampamento em frente ao escritório da Eletronorte: 500 famílias ficaram lá durante uma semana. Foi a primeira vez que a Eletronorte sentou com o pessoal, mas disse: "Converso com o advogado mas não converso com vocês".



Deste primeiro encontro saiu um compromisso da Eletronorte de rever todos os casos e indenizações.

Em março de 1983, houve um segundo acampamento com 2 mil pessoas no mesmo lugar. A Eletronorte se comprometeu a dar lotes às famílias, reassentar todas e construir vilas, e queria assentar o pessoal na área que era dos índios Parakanã. O povo reagiu: "Aqui é terra dos índios, ninguém vai prá lá".

A coisa mudou muito, ocorreu novos desvios, de modo que em outubro de 1984 houve um terceiro acampamento com 4 mil famílias. Começou em Repartimento. O governo do Estado do Pará bloqueou as estradas. Esse acampamento ficou de outubro a dezembro, mas no final a Eletronorte fechou com:

- terra por terra;
- lote;
- casa para quem morava em vilas;
- um valor para subsistência até o pessoal voltar a trabalhar.

Outra via com que trabalhamos foi sindical. O sindicato há seis anos estava em mãos de pelegos. A oposição sindical ganhou as eleições, mas a Delegacia Regional do Trabalho as anulou.

Em 84, voltou a ganhar e com isso o sindicato retomou a negociação. Houve uma colaboração do pólo sindical de Itaparica. A experiência em Itaparica era como um espelho para a situação de Tucuruí.

De agosto de 82 a 84 passamos um processo desgastante e violento, para se conseguir essa mobilização. Há pessoas que mesmo havendo essas amarrações com a Eletronorte estão brigando pela casa, pelo lote, pois foram assentados em lugares que inundaram de novo e estão sendo transferidos para uma outra área. Há sequelas, há famílias que estão brigando tentando se beneficiar com os acordos.

### Avaliação

A luta deveria ter saído do âmbito material (terra, lote, casa) e ter caminhado mais para a questão política. Faltou essa perspectiva de luta maior, mais política. Pessoalmente houve uma experiência riquíssima, ao lado dos lavradores.

Quanto aos índios:

Os Gavião não queriam nada com o CIMI. Têm uma caminhada própria, interromperam a passagem da linha de transmissão etc. Os Parakanã foram removidos várias vezes pela Funai.

**Leinad:** Em 1982, por exigência do Banco Mundial, foi feito um convênio Funai e Vale do Rio Doce para assessorar essas populações indígenas que seriam atingidas. Foram contratados antropólogos, uns que já vinham trabalhando antes da barragem. Tinha um orçamento de 13,6 milhões de dólares para os índios. Esse dinheiro era para ser aplicado em educação, saúde, construção de casas de farinha, e que não satisfizeram, tanto os índios como antropólogos que

têm uma visão muito crítica a respeito dos tais projetos. Hoje, tanto a Eletronorte como a Funai começaram a desenvolver projetos em separado, que são os coordenados pelo Porfírio de Carvalho. O saldo que ficou para os Parakanã: invasão do seu território, e no caso dos Gavião de Mãe Maria: a área inundada, cortada por uma estrada de ferro e por uma linha de transmissão.

**Jerônimo:** Em 1979/80, a Eletronorte distribuiu panfletos proibindo plantar. Só que isso para os posseiros. Mas a própria Eletronorte em ofício ao banco de Marabá, que financiava os médios e pequenos proprietários, dizia que podiam liberar verbas para as plantações. Fazia parte da política jogar um contra o outro.

**Felisberto:** A população regional não se preocupava em ter título. Quanto aos índios, há uma cláusula em que diz que terras de índios são vinculadas ao domínio da União.

**Saulo:** Em Itaparica haviam proprietários, posseiros, e haviam os sem terra que não tinham nem posse nem propriedade da terra. Uma das coisas que se conseguiu em Itaparica foi reassentar esse pessoal que não tinha terra e que era a maioria.

**Egídio:** Aqui há três coisas como proposta:

1. há uma negociação sobre as terras e não só sobre as que serão alagadas, em torno do lago, onde os pequenos são jogados fora;

2. a função dos antropólogos e técnicos indigenistas que deveria ser bem discutida;

3. no caso de Tucuruí, ver na verdade o que aconteceu com o peixe e o que está acontecendo hoje, tanto à jusante como à montante.

**CRAB**

**Maurq Postal:** Vou colocar mais a questão política, sobre a organização do movimento, porque os dados já se têm.

Há mais de 10 anos, em 1977, pessoas ligadas às universidades da região, Igreja e alguns sindicatos descobriram que existia esse projeto das barragens.

O primeiro passo foi esse: a descoberta do projeto de construção de 25 hidrelétricas na bacia do rio Uruguai que é divisa do Rio Grande do Sul com Santa Catarina.

Com essa descoberta, iniciou-se um trabalho junto à população que possivelmente iria ser atingida pelo projeto, não tinha nada de concreto, apenas a localização dessas obras no mapa.

Universidade, Igreja e sindicatos começaram a reunir com esse pessoal que provavelmente seria atingido e o que poderia acontecer e se viu o que já havia acontecido com outras hidrelétricas. Foi muito importante o papel da organização dos atingidos de Itaipú; produziram um filme que passou nas comunidades atingidas e isso fez com que despertassem para a realidade. Se as barragens realmente forem construídas, o que poderá acontecer?

Outra questão que é bom destacar: é uma região de minifúndios, atingindo 77 municípios em torno de 200.000 pessoas. Era uma região até propícia para construir essas obras, em função do terreno bastante ondulado mas em compensação aí a reforma agrária já está feita, pois a terra da região está toda dividida em minifúndios. São mais de 40 mil famílias.

Quanto ao envolvimento da população atingida, foi desta forma:

- levar ao seu conhecimento a existência desse projeto;
- o que havia acontecido em Itaipu e outras hidrelétricas no Paraná;
- fazer com que o povo se questionasse sobre a maneira como seria tratada a questão social.

Existia o projeto de construção das obras mas ninguém o conhecia; hoje existe um projeto que pouco leva em conta a questão social, e isto preocupava a todos. Foi a forma de envolver os atingidos.

Existem sindicatos em todos os municípios, de 5 a 6 mil pessoas, e evidentemente incentivaram os próprios atingidos a assumirem o movimento. A coordenação passou então para os próprios atingidos.

A forma de trabalhar, no início, foi através de grandes concentrações, para discutir, obter informações. Com apoio da Igreja se fizeram grandes romarias, com mais de 30 mil pessoas, o que fez o pessoal despertar e começar a notar a importância de se organizar e, por outro lado, a contra-informação. A Eletrosul, jogando na imprensa que não existia esse projeto, que só seriam duas barragens: Itá e Machadinho. Tudo para confundir o pessoal e queimar as lideranças do movimento.

Não demorou muito, confirmou-se a existência desse projeto e o movimento recuperou seu crédito.

No início, a discussão era em torno da questão social a fim de se conseguir uma indenização justa. Em reassentamento não se falava muito. Mas a partir de 1982 se passou a discutir o "NÃO" a esse projeto. E quando se conseguia reunir o pessoal não era difícil encaminhar a discussão: para quem seria essa energia? Nós não seríamos os beneficiados! Além do mais, os atingidos não participaram da discussão sobre a viabilidade ou não do projeto. Discutia-se também o tratamento da questão social e até as pequenas hidrelétricas como alternativa.

Na última assembleia do movimento, com a participação de todos os atingidos das 25 obras, decidiu-se pela permanência do "NÃO" à construção desse projeto.

Em 1985, a Eletrosul usou de uma estratégia interessante para tornar irreversível o projeto: transferiu uma cidade, sede do município de Itá, que seria atingida pela água, quando ainda não se

tinha nada definido sobre a questão social, ou de quantas obras seriam construídas. Começou essa transferência e fez um projeto muito bonito. A cidade nova de Itá que está sendo construída é um cartão postal de região. Isso criou uma ilusão nos atingidos, e quando se discutia o "NÃO", se insistia no investimento que já tinham feito nessa cidade.

Em função disso, o movimento começou até a esvaziar. O que a Eletrosul estava fazendo era bom e o "NÃO" à construção não estava mais forte como antes.

A partir desse acontecimento, em 1985 se intensificaram as reuniões em todos os 77 municípios e em todas as comunidades atingidas, discutindo-se sobre qual a proposta para admitir a construção de Itá. Como não havia outra saída, a forma era essa. Foram organizadas grandes assembleias nos municípios e uma grande concentração em frente ao escritório da Eletrosul, em Erechim, e se elaborou um documento com 39 propostas que a Eletrosul deveria atender para que os atingidos acertassem a obra de Itá; e foi incluída Machadinho também, pois eram as duas primeiras no projeto.

Queríamos indenização e participação nos projetos, mas eram coisas ainda aéreas. A Eletrosul continuou a trabalhar normalmente sem sentar com os atingidos e sem ver as indenizações.

No final de 1987, os atingidos começaram a reagir mesmo. Foram arrancados todos os marcos de identificação que a Eletrosul havia colocado na região; quando se decidia alguma coisa nas assembleias e a Eletrosul não cumpria, começavam a prender os funcionários até que viessem negociar a proposta. Isso fez com que a Eletrosul sentasse com os atingidos representados pela CRAB. Como acontece em outros municípios, os prefeitos e sindicatos pelegos querem ser os negociadores e aprovar as propostas que interessam à Eletrosul.

Em julho de 1987, se fez uma grande manifestação, novamente, em frente ao escritório da Eletrosul, com aproximadamente 5 mil pessoas portando foices, enxadas e ameaçando derrubar o escritório da Eletrosul, esperando apenas a palavra de ordem. Havia um aparato policial, insuficiente para segurar o pessoal caso quisesse agir. A coordenação do movimento conseguiu marcar uma reunião com a Eletrosul e se fez um documento de acordo, bastante completo, explicitando a forma de participação dos atingidos na elaboração dos preços e a forma de reassentamento dos proprietários e não-proprietários.

Como resultados podemos ressaltar:

- Os atingidos conseguiram na obra de Itá e Machadinho mostrar a força da nossa organização e que a Eletrosul nada poderia fazer sem prévia discussão com os atingidos. Isso até se fazer um acordo e começar a cumprí-lo na prática.

- Para Itá previa-se a indenização, no começo de 1988, o que aconteceu. Para Machadinho deveria ser em julho/88, não aconteceu e o povo se reuniu em assembleia.

A organização é assim: em cada pequena comunidade há dois ou três líderes que articulam os demais; no município há uma coordenação municipal, e na região toda, Itá e Machadinho, uma coordenação da barragem. Com isto rapidamente se reúne todo o pessoal.

Nessa assembleia se decidiu "Machadinho Nunca Mais", em razão do descumprimento do acordo pela Eletrosul, cuja prática é bem diferente do seu discurso. Dizem que os erros não vão mais se repetir,

que é uma nova Eletrosul, mas hoje ninguém se deixa mais levar por esse discurso. O pessoal está sustentando pé à construção de Machadinho.

Para se conseguir trazer de novo o pessoal, não houve outra forma senão a de fazer proposta de negociação para Itá e também para Machadinho, mas quando a Eletrosul não cumpriu a decisão foi: Machadinho não se constrói mais. E com isso se ganhou tempo e fôlego para se discutir o projeto das outras 23, e de se decidir pela não construção. Nesta última assembleia, dia 19.3.89, a discussão foi muito boa, com o pessoal assumindo mesmo.

### **Avaliação do movimento**

- A Eletrobrás investiu uma fatia do seu lucro na formação de pessoas para tratarem com as populações atingidas pelo setor energético e aponta a Eletrosul e a CHESF como dois exemplos do jeito ideal de tratar com os atingidos porque conseguiram encontrar com quem negociar.

- A avaliação que se faz é que, não que tenha sido um erro, mas que não pode ser a prática da nossa organização juntar o pessoal para negociar. Temos que reunir o pessoal para discutir todo esse projeto, com propostas de mudança desse sistema que está aí.

Por um lado, se estamos conseguindo uma indenização justa e o reassentamento, inédito pois os atingidos escolhem a área, é muito bom, mas com isso não estamos nos contrapondo a esse projeto do capitalismo internacional e estamos aceitando a construção de todas essas obras sem nenhuma discussão.

A posição do movimento hoje, e no próximo encontro que acontecerá em Goiânia, é que a organização da população atingida não pode ser apenas para uma simples negociação, ou por uma indenização justa, mas tem que se levar a uma conscientização, um não a esses projetos, se não tiver a participação nossa na decisão.

Na questão dos reassentamentos, conseguimos que nós escolhessemos a terra. Vamos pagar com 20% do lucro da produção. A Eletrosul constrói as benfeitorias mas nós nos sentamos juntos para definir o tamanho dessas benfeitorias - a menor casa será de mais ou menos 50 m<sup>2</sup>.

Como último passo, que seria a aceitação da obra, já foi um avanço na conquista das indenizações e reassentamento. A indenização na barragem do Itá está acontecendo conforme a nossa proposta. Foi escrito e agora o pessoal exige que seja feito. Está acontecendo de modo sequencial, ninguém fica para trás. Se isso não acontece, a população se reúne e não aceita continuar a negociação enquanto não seja resolvido o caso do companheiro. A organização está muito boa.

Estamos com muita fé no Encontro Nacional, de 18 a 20 de abril, promovido pela CUT em Goiânia. As experiências até agora são experiências isoladas; é necessário juntar as forças para trabalhar com um mesmo objetivo.

### **Perguntas:**

- Os reassentados continuam a luta.
- O 1o. projeto de reassentamento será concluído em



julho deste ano. A população que vai para os reassentamentos (poucos são proprietários, que na maioria são pela indenização), que está junto nessa luta até por ter optado pelo reassentamento, tem uma consciência maior, permanece na comunidade, pretende trabalhar de uma forma mais coletiva na aquisição de máquinas etc.

O pessoal que foi indenizado está saindo da área e outros não querem mais saber. Depois de indenizados, ficam fora da briga.

**Saulo:** Na escolha das áreas para reassentamento, pensou-se em uma localização estratégica das lideranças sindicais.

**Mauro Postal:** A Eletrosul é a responsável para escolher as áreas. Isso é levado à direção do movimento para ver se preenche os critérios do reassentamento ou não. Nós conseguimos indicar algumas áreas e ver se são colocados alguns líderes para se ter um avanço maior na questão política e sindical. Mas a Eletrosul comprou quatro áreas, que nós aprovamos porque preenchem os critérios.

**Adriano:** (Precisa viajar e apresenta sua despedida).

Despede e agradece o convite para a COPPE participar do Encontro:

- foi muito enriquecedor ouvir os depoimentos. Também foi a oportunidade de conhecer mais a fundo o envolvimento dos participantes. Na Universidade nunca se tem idéia real do que são ou do que pensam as pessoas que estão sendo atingidas pelas barragens e hidrelétricas.

- a COPPE continua à disposição do CIMI sempre que for necessário oferecer nossa colaboração. Estamos abertos e temos um grupo de pessoas que trabalha sobre a questão energética e a política do meio ambiente. Estamos à disposição para uma colaboração direta com qualquer um dos movimentos que estão presentes e que trabalham sobre a questão das barragens e sobre o problema dos índios.

No que a COPPE puder ser útil podem nos procurar. Continuamos acompanhando esse movimento e, apesar de algumas pequenas divergências, não resta dúvida que estamos do lado de vocês. Qualquer respaldo técnico que necessitarem e que a gente possa dar, será com o maior prazer de colaborar.

É importante trocar a experiência teórica da Universidade com a prática de vocês. Estamos caminhando para um país mais democrático, mais aberto. Este exercício, esta troca de informações entre a Universidade e os movimentos populares, é algo que deve ser incentivado.

## Relato dos Trabalhos dos Grupos

### Dinâmica:

1 - Cada relator apresenta o que foi discutido nos grupos.

2 - Em grupos diversificados integrado por um representante dos grupos anteriores, fazer um confronto entre os relatos dos grupos e as experiências apresentadas.

Agrupar: o que houve de positivo - as conquistas alcançadas e constatar as falhas que ocorreram durante o processo.

Plenário:

Resumo dos primeiros grupos:

I - Quem determina o modelo energético para o Brasil e a quem interessa?

1. É determinado pelo modelo de desenvolvimento e pelo grande capital internacional. Para o 1o. mundo ficam as indústrias não poluidoras com tecnologia avançada e para o 3o. mundo as indústrias poluidoras, modelo de exportação de matéria prima e de produtos de alto consumo energético.

2. A dívida externa, que em função da grande necessidade de capital para construir as barragens, precisa recorrer ao capital internacional, aos grandes empréstimos. Esse dinheiro entrando mantém o ciclo de dependência ao capital internacional.

3. Os bancos internacionais e as políticas impostas pelo FMI - atrelamento às políticas dos bancos -, ou seja, capitalismo financeiro.

4. O grande capital nacional com os latifundiários, as empresas de construção civil, as mineradoras e as fábricas de equipamentos.

5. Esse modelo é também uma opção política; existem outros modelos que o Brasil poderia escolher, mas o escolhido é um modelo concentrador.

6. Ganham os governos federal, estaduais e municipais na questão da manutenção deste estado que está aí: política de favores e clientelismo.

7. As consultorias, empresas que pagam os estudos e que fazem não apenas os estudos técnicos mas se prestam a fazer análises de conjuntura e análises políticas.

8. Levantou-se, então, a questão da "soberania ameaçada".

II - Em que ponto se deve colocar o questionamento a este modelo energético? Qual é o "calcanhar de aquiles" desta luta?

1. Democratização das informações, "habeas data".

2. Cálculos do setor superestimados para justificar a construção de um número enorme de barragens.

3. O modelo econômico.
4. As eleições presidenciais de 89, com a possibilidade de rediscussão do modelo econômico e energético.
5. Modelo de educação.
6. Redemocratização da sociedade e organização de lideranças.
7. Discutir o destino dessa energia. Regionalmente é que deveria ser feita a escolha de qual alternativa melhor para aquela região em função do uso industrial ou residencial.
8. Participação popular na discussão.
9. Desmoralização pública da Eletronorte.
10. Produção da energia - o fim social da obra, a quem serve a energia, e se a obra é boa ou não para a população local e regional.
11. Danos ou preservação do meio ambiente.
12. Mobilização e ação concreta populares.
13. Controle fiscal pelos atingidos (contas, financiamento, etc.)
14. Avaliação da obra - ela é econômica? Quais os itens que são levados em conta para se dizer que sim ou não?
15. A organização dos atingidos, ligada à questão da democratização; participação popular na discussão.
16. A questão da divisão das concessionárias; elas não são monolíticas, há brigas internas muito grandes.

Novos grupos:

À partir dos relatos, destacar resultados positivos e falhas existentes.

Respostas:

Pontos positivos

(10. grupo)

- A ação popular em Balbina, não no aspecto jurídico, mas como fator aglutinador do povo.

- A pressão popular. Ex: acampamentos em Tucuruí.

- Presença constante e sistemática do agente junto à comunidade indígena, que permitiu maior conhecimento da realidade e conseqüentemente melhor intervenção nessa realidade. Ex: Ocoi e Balbina. Dedicção exclusiva à comunidade.

- Utilização de assessorias (Educação, Antropológica, Jurídica) da Comissão de Justiça e Paz, OAB.

- Busca de aliados. (Ex: busca de documentos na elaboração do dossiê Xingu).

- Aliança entre índios e outro oprimidos (Ex: no caso Ocoi, com trabalhadores sem terra e sindicatos).

(2o. grupo)

- Aumento do grau de conscientização. Da discussão do reassentamento dá-se um salto na mobilização do pessoal.

(3o. grupo)

- Maior conhecimento da situação real. Pode-se perceber que hoje temos três tipos de problemas com as barragens: - primeiro com as já construídas, os daquelas em construção e os problemas das planejadas.

- Tendo esse quadro é mais fácil saber como atuar e fazer uma articulação a nível internacional, nacional e regional. Aprendemos a trabalhar com conhecimento maior dos projetos nesses três níveis, isto é, começou-se a perceber o significado do projeto energético a nível internacional, nacional e regional.

- Importância de saber quem são os aliados e em que aspecto podem ajudar o agente, o sem-terra, o sindicalista. Busca de mobilização nacional através do Encontro de Barragens a nível nacional em Goiás, organizado pela CUT e CRAB.

(4o. grupo)

A ação da CRAB em Machadinho e Itá.

A ação e presença dos índios em Altamira.

Pontos negativos

- Demora em entrar com ação judicial (ex: no caso de Balbina, a ação de embargo da obra); falta de informação por parte dos índios e dos agentes. A análise de conjuntura deve ser uma prática constante.

- Os questionamentos somente das barragens e não ao modelo econômico. O problema não é Balbina, Itaipu ou Tucuruí, e sim o modelo em que elas estão inseridas, o modelo econômico em geral. Às vezes acabamos levando para o lado pessoal, perdendo a capacidade de análise.

- Pouca participação dos índios nos movimentos de contestação às barragens no Sul.

- Não se trabalhou com os meios de comunicação na formação da opinião pública.

- As mobilizações ficam fracas se restritas à reivindicação material, quando não se busca uma compreensão política da situação.

- Não se sabe a origem dos financiamentos, a composição dos investimentos e quem está investindo para poder atacar a fonte do dinheiro.

- As alianças são geralmente muito localizadas e regionalizadas, enquanto a política energética é de âmbito nacional. Procurou-se pouco alianças fora do Brasil.

- Não se explorou muito as contradições entre os grandes.

- Ausência de um movimento alternativo. Pouca informação até de alternativas.

- O personalismo, amadorismo e até mesmo divisão dos atingidos e dos aliados.

- Em Altamira faltou apoio dos lavradores à ação dos índios.

- Trabalhamos só com dados oficiais que acabam traçando limites à nossa ação.

- Falta de conscientização da opinião pública antes da construção. Falta de sindicatos e partidos autênticos.

#### Complementações

Esclarecimento a respeito do item sobre a falta de apoio dos lavradores em Altamira. Foi insinuado que eles estavam junto com a UDR. A fragilidade do movimento sindical em Altamira é marcante. Depois de 21 anos nas mãos do pelotão do Exército em Altamira, a oposição conseguiu, em maio, tomar o sindicato com uma dívida grande. Tiveram que mandar embora os funcionários (médico, enfermeiro) que eram ligados ao batalhão. A mensalidade é de vinte centavos e os sócios têm dificuldade para conseguir pagar.

Foi discutida a possibilidade de a CUT dar um curso desde orientação política até a orientação prática de como fazer o livro-caixa. Nas discussões de Altamira eles foram violentamente discriminados. A situação dos não-índios na região é de fragilidade. Quanto às manifestações da UDR, todo mundo sabe como é: pegam a peãozada das fazendas, dão dinheiro, levam para a passeata. Na verdade os lavradores deram um apoio muito maior do que podiam.

Temos que levar em consideração outros elementos, além dos que foram colocados. O Sindicato estava acabado. O que se consegue fazer com 20 centavos?



Não é verdade que os trabalhadores ficaram alheios. Quem organizou o Encontro de Altamira não pensou que no município não existe só floresta e índio mas, também trabalhadores. Estes foram totalmente marginalizados, alijados da discussão do Encontro.

No que diz respeito à barragem, via CUT nacional, foi realizado antes do encontro dos índios dois dias de estudo e debate. Foi quando nasceu a idéia de se constituir uma comissão regional e estadual para acompanhar esta questão.

Houve um erro de avaliação, tanto do sindicato como da CUT regional, do diretório municipal do PT e da própria CPT regional. Nós não entendemos que a cidade poderia dar uma resposta à UDR. Quem entendeu foi a CPT de Altamira, que apesar da oposição de todos, conseguiu com a Igreja local fazer uma contra-manifestação na sexta feira. Para a manifestação da UDR todo comerciante deu cem cruzados novos e foi decretado feriado municipal. Diz-se que gastaram quarenta mil cruzados-novos, comerciante que não pagasse a taxa poderia ser excluído da Associação Comercial de Altamira; comerciante que não fosse à passeata podia perder o lugar; a prefeitura colocou as caçambas à disposição. Aos peões, foi dito que iriam para Altamira para ver Sílvio Santos e Sting... Não foram para protestar contra ou a favor da barragem. As duas rádios estavam constantemente com a contra-informação. Apesar de tudo isso, conseguiu-se colocar na praça, na sexta feira, pelo menos o dobro do que a UDR colocou na segunda feira.

Na sexta feira o sindicato não participou da organização porque o pessoal do sindicato é do interior e não havia condições de mobiliza-lo.

A comissão escolhida se reuniu, começou a planejar o trabalho e vai visitar nos próximos três meses toda a área. Vai fazer o levantamento da situação e a nível mais de direcção está se tentando ver com quem "costurar" um trabalho em conjunto.

Na quinta feira anterior ao Encontro da Altamira, não se sabia quem era o responsável pela sua organização. No domingo à noite, havia ainda duas pautas totalmente diferentes, além das anteriores. Apesar desta confusão na organização, os sindicatos da área foram os únicos que tiveram no encontro dos índios uma tarde inteira à disposição. E, ao que parece, foi das melhores a nível de participação. Eles fizeram uma carta de apoio ao encontro. São, inclusive, pessoas que têm possibilidade de avançar.

- À propósito desta colocação, as entidades ecológicas também foram alijadas do processo de participação, com exceção da SOPREN, de Belém. Poderia se ter somado muito mais, com índios, sindicatos etc.

Quando se está desinformado é problema nosso. À medida que se tem a informação e se publica, o problema é deles (Eletronorte e Eletrosul). A chave é obter informações, pois quem tem as informações dá as cartas. Enquanto as empresas estão com as informações elas determinam.

- Quando se chegou junto ou depois das máquinas, pouco se conseguiu alterar.

Ao se conseguir a informação antes, ligada a uma articulação mais global, parece que os êxitos, os resultados foram mais profundos. Esse ponto da informação é fundamental. É preciso tentar conseguir a informação antes da construção do canteiro. Outro ponto é a questão da luta setorializada.

## Discussão política

- A mobilização não pode ficar só em cima do aspecto reivindicativo (indenização). Não se pode deixar de avançar para uma discussão política, não partidária. Eventualmente pode se concretizar em uma organização partidária, ou não: isso é outra história.

O enfoque político diz respeito ao clareamento dos interesses envolvidos, à discussão do modelo econômico concentrador de renda, enfim, ao desnudamento da luta de classes na sua realidade. Se ficamos só no aspecto reivindicativo, se esconde a dimensão do paternalismo. Quando o grupo, quer indígena ou não, assume a discussão política, o grupo passa a se representar a si próprio. Ele passa a dispensar o assessor. Você não precisa ser aquele que dá o "norte", porque o pessoal, tendo a noção clara das contradições e dos interesses, descobre se o plano é bom ou não e quais são os aliados. Pegam a lógica da luta e vão adiante. Isto é algo fundamental. O agente externo às vezes não tem a clareza política necessária e acaba prejudicando a caminhada do grupo.

- Quanto à questão da informação, falha ou limitada, há a informação oficial na qual a gente se baseia, mas há uma série de informações e de notícias que nenhuma outra pessoa tem, além daqueles que trabalham na base. Justamente estas informações não são transmitidas não retornam novamente às bases para ajudar a superar os impasses. E a razão dessa falta de informação e troca de experiência é o personalismo; cada um trabalha do "seu jeito" e numa certa altura se considera proprietário exclusivo daquelas informações ou daquela solução. No Encontro de Altamira chegou-se ao absurdo de alguns se acharem com direito à paternidade do evento. Isto é efeito do personalismo e amadorismo. Em contrapartida, o inimigo nunca é personalista. Eles se equipam, sabem o querem. São profissionais e dispõem de um volume de informações centralizadas e espalhadas. Portanto, temos que valorizar mais o setor de informações.

As divisões que existem entre pessoas que trabalham na mesma área ou entre entidades e grupos que deveriam se aliar na mesma luta impede a coesão e a caminhada em conjunto.

## Alianças

Quero salientar algo com relação a dois tipos de alianças que se devem fazer no futuro:

\* a 1a. aliança é com os trabalhadores urbanos não diretamente atingidos. Se um dia os Sindicatos dos Metalúrgicos estiverem do nosso lado, ninguém vai construir Barragem no Brasil.

Até agora se tem trabalhado com os atingidos regionais, sindicato dos trabalhadores rurais e sem-terra. Em momento nenhum se tentou colocar os sindicatos dos trabalhadores urbanos. É um caminho a ser percorrido.

\* a 2a. aliança é com os movimentos ambientalistas. Nós que trabalhamos com as populações indígenas precisamos ter clareza de como nos relacionar com os ambientalistas.

- Quanto aos movimentos ambientalistas, não só no Brasil, mas nos EUA e Europa, eles são fortes e estão se tornando uma força viva. Não se tem, contudo, acesso às informações das bases e dos movimentos daqui. As alianças se dão muito truncadas, como por

exemplo, grupos ambientalistas dos EUA que fazem alianças com produtores de soja para defender a Amazônia.

A informação sobre grupos e tendências entre os ambientalistas é muito difusa, e não existe um lugar central onde se possa obtê-la. São organizações poderosíssimas e grandes, com muito dinheiro para movimentar qualquer ação. Podem até comprar parte da dívida externa, como aconteceu na Bolívia, em troca de uma floresta nacional.

Esse tipo de informação é importante ter-se em conta. O movimento popular engajado na luta precisa saber se colocar diante desses grupos, que não têm plena consciência do que acontece nas bases e como se dão os movimentos a nível local. Pode ser falha nossa de não informá-los ou a atitude deles de não quererem ouvir.

A ideologia que permeia esses grupos é a defesa da fauna e da flora. Esquecem muitas vezes das pessoas que estão nessas florestas que eles querem defender. Querem defender o peixe, a árvore e se esquecem do contingente humano, das populações indígenas.

Quanto à política energética, tem-se pouco acesso às informações. Fora do Brasil tem-se mais informações do que aqui.

### Congresso Nacional

Outra questão é com respeito ao Congresso Nacional, em termos de orçamento é por onde tem que passar todas essas questões. Tem que se ver a relação com o Congresso Nacional a nível das comissões.

A nível de Congresso Nacional é bom também se pensar numa estratégia para contrapor-se a esse projeto. A melhor maneira é fazer com que o pessoal atingido assuma. Uma coisa é ter um governo que se sensibiliza com os dados que se apresenta e deixa de construir as obras; outra coisa é o governo hoje no Brasil.

O enfrentamento vai ter que ser do pessoal com as lideranças, assessorias. Hoje, para se conseguir, tem que ser na base do enfrentamento e, nada melhor do que proporcionar uma formação para o pessoal. Como exemplo nossa prática de ter em cada região, ou comunidade, 2 ou 3 pessoas formadas. Só ficar se reunindo, estudando alternativas e procurando convencer o governo que não é viável construir essas obras é perder tempo. Elas serão construídas se não houver um enfrentamento do pessoal que é atingido pela obra.

Esse Encontro Nacional (CUT em Goiânia) poderá ser uma forma de se pensar isso.

Ao se pensar as alternativas de trabalho, levar em conta a maneira de fazer os próprios atingidos assumirem. Por exemplo, em Itaparica, poderíamos ter as melhores propostas de reassentamento, mas se o pessoal não tivesse parado a obra, nada se conseguiria. Quem assume é o pessoal atingido.

### Ambientalistas

Quanto à questão dos ambientalistas, quero fazer uma referência às entidades fora do Brasil. Em Altamira, conversamos com várias delas e, como no Brasil, existem entidades em outros países realmente interessadas na questão mais ampla e outras apenas

preocupadas somente com a fauna e a flora. Existem pessoas realmente comprometidas com a questão nuclear. Estão rediscutindo a questão energética. Tem um ecologista italiano em Belo Horizonte que está trabalhando essa questão, que não se limita à preservação da flora e fauna mas passa pela questão do trabalhador explorado.

Um saldo positivo de Altamira foi uma campanha lançada em defesa dos povos da floresta e o espaço para reunir entidades ambientalistas, sindicatos, CUT, entidades internacionais em cima de uma proposta discutida em plenário e aprovada, que faz parte de um documento. Tem que se pensar numa articulação para viabilizá-lo.

Em resumo, o documento prevê uma 1ª fase de discussão da questão amazônica nas regiões. Cada entidade tentar mobilizar outras, conseguir o maior número de aliados possíveis numa campanha unificada através de um abaixo-assinado e tentar trazer uma caravana à Brasília na época da votação dos projetos.

Quero fazer uma ressalva, existem entidades ecológicas sérias trabalhando, aqui e lá fora, mas tem outras personalistas...

## Enfrentamento

Temos que levar em consideração que atacando a questão energética estamos atacando pontos mais importantes do sistema. Isso fica mais claro quando, por exemplo, o governador do Estado do Pará se coloca claramente a favor da barragem, quando a Associação Comercial Estadual toma posição, quando as associações industriais do Pará vão promover um grande encontro como resposta aos ataques que receberam. A gente tem que se preparar porque "chumbo grosso" vai chegar, seja no plano ideológico, seja no plano econômico.

Não estamos conseguindo usar todos os espaços que temos à nossa disposição. Por exemplo, o espaço da Assembléia Nacional Constituinte foi bem usado pelos índios. O texto que se tem é razoável, melhor do que o dos trabalhadores rurais.

Do ponto de vista institucional temos que tentar ocupar estes espaços. Por exemplo, no Pará, surgiu um comitê, um fórum, que congrega várias entidades e partidos com essa intenção. Porém faltam ainda dados, idéias... Seria interessante ver como conseguir colocar propostas claras também a estes níveis.

A desproporção de forças é muito grande mas, com propostas concretas, os outros recuam.

- O pronunciamento de Gerson Peres deveria receber uma resposta imediata. (referência ao discurso do deputado em defesa das hidrelétricas, pronunciado no Congresso e publicado como matéria paga nos principais jornais do país).

## Formação

É bom ressaltar a importância da questão da formação política, quer dos agentes que trabalham diretamente com os atingidos, quer dos não atingidos. Isto baseado na exposição do José Filho sobre o pólo sindical no Nordeste.

É o problema de formar quadros. Os movimentos internacionais têm profissionais trabalhando nisso e nós estamos ainda trabalhando de forma amadora. Nos relatos o que geralmente aparece

como falha é a formação de quadros, uma formação política dos agentes envolvidos nesse processo.

A CUT tem uma secretaria de formação política e tem também outras entidades que assessoram neste sentido.

### Avaliação

Antes de entrar na 3a. parte do Encontro, da articulação, seria bom fazer uma avaliação da abordagem, conteúdo e constatar alguma omissão na condução da reunião que ainda possa ser sanada.

- Gostei de participar.

Dentro dessa perspectiva de trabalho, coloco-me à disposição como ecologista, dentro das atividades que desempenho, no contato com as entidades ambientalistas e no PT que tem a preocupação de discutir a questão do índio e Amazônia. A própria questão ecológica no PT é nova.

- Quero fazer uma pequena análise do que vimos com o assessor. Ele veio como técnico, com muita segurança, mas quando levantou a parte mais política, vimos o técnico ficar atento à argumentação. Parece que a nossa força está aí. Ele gostou de aprender, mas isso não acontece com outros.

- É muito recente esta participação de engenheiros do local dos movimentos populares. Tanto é que a presença do Sindicato de Engenheiros de São Paulo, no livro sobre as barragens no Xingu, foi um ganho imenso. Em Belém fomos ao Sindicato pedir o apoio buscando sanar esta "coisa do técnico", de que nós só temos discurso ideológico.

- O encontro é importante. Foi bem conduzido até aqui, no sentido de que esta parte já discutida seja concretizada. Tentando afunilar, vendo quais são os pontos discutidos.

Da relação entre partido e movimento, é importante dizer que dentro do partido há interesse de se relacionar organicamente com as lutas, e há interesse de clarear essas questões e de definir-se pelas melhores posições não só frente à questão indígena. O país tem que ter uma solução para a questão energética. Qualquer modelo econômico tem uma demanda de energia que tem que ser suprida de alguma maneira e o partido tem que discutir essas questões, solucioná-las sem causar prejuízo para ninguém. É evidente que o partido não prescinde da organização popular e das entidades.

O partido tem essa discussão e quer ter a participação e a contribuição dos companheiros que estão envolvidos no movimento ecológico, na questão indígena, mas não prescinde que os companheiros engajados nas questões ecológicas e indígenas estejam articulados e organizados para continuar sua reflexão que é sempre mais direta, mais profunda e mais rica do que a de qualquer partido.

O partido não prescinde do movimento. Até como parâmetro para chamar atenção do partido, em dado momento. E se for um partido que responde aos interesses da classe trabalhadora, o partido tem que estar ouvindo a sociedade. Tem que estar atento.

É importante a questão da organização inclusive considerando-se dois quadros conjunturais para o ano que vem: Lula na Presidência ou um outro sem nenhum compromisso com as lutas sociais. Vai necessitar a pressão desses movimentos organizados.



- As colocações hoje, foram muito esclarecedoras. O material vai possibilitar tirar alguns pontos que suficientemente esclarecidos e articulados podem levar um avanço nesta luta.

Um ponto que precisa ser mais discutido é sobre o Legislativo e Executivo. Em todas essas lutas vimos que o Congresso não aparece.

- O atraso do assessor no 10. dia foi profundamente lamentável. O Lúcio Flávio poderia ter dado uma contribuição valiosa. Mas sua ausência é justificável.

Apesar do atraso, a contribuição do Adriano, da COPPE, foi valiosa e para mim surpreendente na medida em que ele se revelou um técnico seguro e com uma visão política bem enquadrada no que tange ao cerne do problema. Ele contribuiu valiosamente para o encontro na medida em que apontou a questão central do problema energético, da discussão das barragens e do modelo energético. Em conversa no grupo, diante da dúvida se haveria alternativas de energia para este modelo econômico, ele foi taxativo dizendo que não há. Este modelo energético é concebido expressamente para o atual modelo econômico e não tem alternativa. Então a questão está posta. Ele fez ver com muita clareza o momento político, o momento histórico que o país está vivendo no debate da sucessão. Um contraponto valioso foi a demonstração, os exemplos das articulações e nisso a CRAB deu um exemplo de articulação consciente e com perspectivas políticas bem enquadradas.

O movimento indígena ainda precisa avançar muito. É um desafio. Até o momento o encontro conseguiu manter seus objetivos iniciais.

- A contribuição do Adriano foi interessante. Mas será melhor na medida em que de fato repassar as informações que ficou devendo: revisão do Plano 2010, com dados técnicos, e as alternativas que nós podemos encontrar dentro do próprio Plano; também as possibilidades que temos de rever isso.

Antes de começar a pensar no que fazer sinto a necessidade de ver um pouco mais a ação judicial de Balbina. Não tanto a ação popular, mas a judicial. Quais os instrumentais a nível jurídico que se tem, desde já?

Outro ponto: a articulação que a CUT está fazendo, com seu ponto forte no seminário. Seria interessante que o representante da CRAB nos colocasse melhor esta perspectiva. O que estão fazendo poderá servir de experiência para outros. Além disso, o que já se tem de concreto a respeito da elaboração do plano de governo para o Lula?

- A respeito do encontro nacional, há dois meses que a coordenação da CRAB o prepara. O objetivo é juntar esse "punhado de briga" que existe em todo canto do Brasil e que está isolada uma da outra. Juntar as experiências e tentar tirar uma proposta de trabalho. Cada região colocará sua experiência para tirar uma linha de trabalho a ser desenvolvida. Basicamente é pra se tirar uma linha única para as obras que vem aí e como resolver o problema das barragens que já estão prontas.

Foi importante o encontro em função do conhecimento de outras experiências. Isto facilita para quem está trabalhando nessa área, saber que tem outros que estão na luta, e como está sendo desenvolvida esta luta.

Tem que pensar em propostas alternativas para um governo nosso, se for o caso. Isso não está claro no grupo, porque tem várias formas alternativas. Não podemos dizer que somos contra as

hidrelétricas, mas que tipos de hidrelétricas, se menores, onde vão ser localizadas etc. Isto não está claro. Quais as outras formas de se produzir ou conservar a energia que está aí?

- Creio que neste encontro, respondemos a dois dos três desafios que se apresentaram:

1o. problema - informação, comunicação e conscientização, uma vez que saímos daqui mais informados, mais conscientes, mais por dentro da problemática.

2o. problema - que seria o de conseguir individualizar e "costurar" mais alianças entre grupos, entre entidades, e aqui se deu um trabalho nesse sentido.

Faltaria pois o 3o. - como conseguir esta mobilização, movimento de grupos, de pessoas, ações jurídicas, populares e mudanças estruturais.

- O que se sentiu é um certo desnível de formação do pessoal que está aqui. Em Rondônia o pessoal está começando. No Sul, estamos com esta equipe desde novembro, é ainda muito recente, na fase de estudo, de levantamento de dados. Enquanto Balbina, no Norte do país, está numa caminhada muito avançada. A mesma se verifica no Xingu, onde a luta se faz há mais tempo.

Esse quadro heterogêneo podia ser melhorado. É preciso sanar isso, com a formação mais intensa ou através de cursos sobre a política energética. É um desafio que tem que ser enfrentado nos regionais. Outra possibilidade seria a criação de um núcleo de trabalho para fazer um mapeamento das áreas que estão sendo atingidas. Pois não sabemos hoje, no total, quantos índios vão ser atingidos por esse complexo de barragens; a porcentagem de terra, quantos por cento de terras indígenas demarcadas etc...

Precisamos levantar esses dados, procurar nos regionais manter uma equipe mais fixa para este trabalho e criar condições para que os regionais tenham condições para fazer isso. Não ficar numa atitude amadora de que "entre outras coisas" se mexe também com isso.

- Quanto às medidas judiciais, depende do caso: ação popular, medida cautelar, ou outro tipo de ação. Mas algo que já pode ser feito. A nova Constituição ampliou o direito do cidadão que é o de pedir informação sobre a ação dos órgãos do governo e estes têm que dar as informações pedidas. Você vai à justiça e esta obriga os órgãos a dar a informação.

Temos que exercitar este direito.

Observação: Antônio Brand pede aos advogados explicitar rapidamente o que é:

- habeas-corpus
- mandado de segurança coletivo
- mandado de injunção
- ação popular
- competência do congresso
- índios na Constituinte

- Sob o aspecto referente à responsabilidade criminal, pela construção negligente, imprudente e sem perícia das hidrelétricas, pode-se analisar a possibilidade de uma representação ao Ministério Público Federal para que alguma medida seja adotada.

Talvez o encontro nacional dos atingidos pelas barragens possa encaminhar um documento solicitando ao Ministério Público Federal a análise sobre a possibilidade de uma ação penal visando responsabilizar as pessoas implicadas, por exemplo, na construção de Balbina.

A União, através do Ministério Público, é que responderia pelo ressarcimento dos prejuízos aos cofres públicos. Os que praticaram os atos poderão, ainda, ressarcir os prejuízos aos cofres públicos, em ação regressiva do Estado.

Para os atingidos obterem seu ressarcimento, terão de constituir advogados e proporem ações judiciais. Talvez seja difícil propor uma ação que abarque a todos, mas deve-se estudar esta hipótese. É possível também, nesse encontro, encaminhar uma reivindicação à Ordem dos Advogados do Brasil, que poderia designar advogados nas seccionais onde hajam atingidos para que esses advogados estudem e proponham as ações de responsabilidade civil e acompanhem as criminais. Por fim, destaco que esta questão demanda um estudo muito grande.

- Seria necessário analisar todo o complexo ou se for comprovado uma falsificação documentada da vazão do rio Uatumã, onde a Eletrobrás obrigou os técnicos a falsificar os dados de vazão, e se isso comporta a inviabilidade do projeto.

- Qualquer criminalista vai querer conhecer todo processo que envolve estudo, aprovação e execução da hidrelétrica e saber os responsáveis pelos atos. Só a partir desse conjunto é que vai se levantar as provas da responsabilidade ou não.

Proposta: que na formulação fosse providenciado um estudo sobre a responsabilidade criminal das concessionárias construtoras, e responsáveis pela organização brasileira de energia elétrica em vista de uma ação penal.

Tem que haver um estudo para ver se há crime (um criminalista se dedica a isso). A DAB tem um papel importante. Sabe-se que alguém é culpado em construir uma obra faraônica que depois não funciona. Essa culpa por esse dano é do Estado, mas a responsabilidade civil demanda todo um tratamento diferente daquele que é dado ao tratamento criminal.

Os atingidos têm que ser mobilizados, têm que constituir advogados. A tese vai ser a mesma, mas a mão-de-obra vai ser diversificada. E a demanda criminal exige estudo para ver se houve crime ou não.

**Obs.: Trabalho de grupo para formulação de propostas concretas de enfrentamento da questão das barragens. (Conf. documento final).**

- O que se nota é que saímos sem um posicionamento final em relação às futuras barragens.

- Na Assembléia da CRAB, surgiu exatamente essa discussão e a decisão foi a de lutar para não saírem as barragens.

- Olhando o quadro com as propostas que saíram, mesmo considerando as perdas sofridas em todo processo, a sensação que dá é que todo mundo quer se aparelhar melhor. Talvez não conseguimos sair com a bandeira do "NÃO" às barragens.

Vários pontos colocam a necessidade de se instrumentalizar, para melhor obtenção de informações.

Dessas propostas, duas ou três estão no sentido da atuação e uma no sentido da organização. A sensação que me dá é de impotência; por isso temos que levantar dados, temos que estudar, temos que ter apoio técnico.

- O assessor Adriano foi muito claro; as alternativas só teriam viabilidade se interessassem ao modelo econômico. Essas alterações no modelo econômico é uma bandeira de luta que está cada vez mais presente na sucessão presidencial.

Nas articulações, nos estudos e no destino das articulações dos atingidos, dos ameaçados, têm que ser levada em consideração essa dimensão mais ampla, para não nos limitarmos a verificar se os atingidos vão ser reassentados ou indenizados, mas questionar a origem desses problemas. Temos que investir, investigar, estimular para que a reflexão do problema do não seja mais apenas sobre barragens, mas o complexo energético que está ocasionando esses distúrbios e atitudes...

- É difícil apresentar como alternativa um "NÃO" à construção de barragens porque o critério determinante que o assessor deixou claro foi o da viabilidade econômica. Até podemos discordar, mas não sabemos as alternativas.

- Reforço o que disse o pe. Ângelo. "NÃO" às barragens em áreas indígenas e às grandes barragens, e que o povo participe das decisões.

- conclusões, a grosso modo, refletem o nível das preocupações. Uma coisa é nós posicionarmos frente ao programa energético. Isto é impossível. Outra coisa é desenvolver uma reflexão sobre como orientar esses trabalhos e qual o referencial que temos para as pesquisas, os estudos. Tem que se aprofundar o referencial político mais amplo. O eixo não pode se limitar às barragens em si; tem que avançar na discussão política com os atingidos.

- Era isso que os índios queriam fazer em Altamira, na sexta feira de manhã. Estavam esperando os presidentiáveis e os parlamentares para colocá-los frente ao problema e fazer perguntas claras. Não queriam discursos políticos. As perguntas estavam preparadas:

\* 1a. - Você vai demarcar as áreas indígenas? Sim ou não? Quando?

\* 2a. - Seu partido está de acordo em demarcar as terras indígenas? E quanto às barragens?

- O CIMI precisa atuar mais no sentido de os índios entenderem a importância do processo de eleição presidencial para a vida deles.

# ENFRENTAMENTO DA QUESTÃO DAS BARRAGENS A CURTO, MÉDIO E

## LONGO PRAZO

### CONCLUSÕES DO ENCONTRO

#### 1. Atingidos

- levantamento das populações atingidas;
- levantamento das informações técnicas sobre barragens e seus efeitos;
- levantamento de material audio-visual (filmes) sobre a problemática das barragens e a troca dos mesmos;
- visitas e articulação dos já atingidos com os futuros atingidos;
- apoiar e incentivar a (s) organização (s) dos atingidos;
- na transmissão das informações privilegiar comunidades e não indivíduos;
- estudo da legislação ambiental;
- adequação das informações às especificidades de cada região;
- trabalho de conscientização política para desmistificar o discurso do poder público, em particular do setor energético;
- fortalecer as organizações locais (sindicatos, associações etc.);
- providenciar estudos em vista de responsabilizar criminalmente as concessionárias de energia e construtoras com o ressarcimento dos prejuízos aos cofres públicos e aos atingidos.

#### 2. Alianças

- Entre as populações afetadas e ameaçadas pelas obras;
- entidades de classe local, regional e nacional, centrais sindicais, sindicatos rurais e urbanos;
- entidades afins, indigenistas, OAB, outras;
- entidades ambientalistas. Elaborar perfil para conhecer suas propostas e avaliar seu nível de compromisso com a questão indígena e problemática das barragens;
- articulação entre Igrejas;
- que sejam utilizados mecanismos da nova Constituição que estabeleçam consultas a comunidades indígenas e audiências públicas também em favor dos não-índios.

#### 3. Congresso Nacional

- Não restringir as propostas a um único partido político;
- elaborar um documento básico sobre a questão indígena e enviar aos candidatos presidenciais. Este programa deve ser discutido entre os índios.



- discutir com os povos indígenas os programas de governo dos diversos partidos políticos;
- presença dos índios e dos atingidos para acompanhamento das discussões sobre a construção de barragens em áreas indígenas;
- acompanhamento da CPI da Amazônia;
- elaborar e fornecer subsídios para um programa básico, a ser discutido nos regionais, com retorno ao Secretariado Nacional, para envio aos candidatos;
- estimular a participação dos índios na discussão da sucessão presidencial.

#### 4. Informações

- Solicitar apoio técnico e especializado para a formação de uma assessoria permanente sobre a questão energética;
- preparar cartilha que instrua sobre a utilização dos mecanismos fixados na Constituição na defesa dos direitos dos índios;
- firmar acordos com entidades de pesquisa para obter informações;
- formar comissão a nível nacional para processar informações obtidas e devolver aos regionais;
- estimular as equipes regionais a articular com órgãos públicos e governamentais para obter documentação.

#### 5. Articulação interna

- Formação e reciclagem de agentes;
- elaboração e envio de subsídios para índios (sobre a questão energética).

\*\*\*\*\*